



Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: Programa de Diversidade na Universidade

País: Brasil

Setor/Subsetor: EDUCAÇÃO/Educação Superior e Equidade Social

Equipe de Projeto Original: Rita Sório, Carmen Albertos, Carlos Herrán, Maria Bernadete Buchsbaum

Número de Empréstimo: 1406/OC-BR

Data do CRG: Setembro de 2008

Data de Aprovação Final: Setembro de 2008

Equipe PCR: Autor (a) Principal e Membros:

Mônica Merlo – Especialista do Setor Financeiro - CSC/CBR

Remi Castioni – Consultor, Setor Social - CSC/CBR

Maria Inês Carsalade Martins – Consultora Independente

Acrônimos e Abreviações

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BR – Brasil

CADARA – Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos relacionados à educação afro-brasileira

CMR – Conferência Mundial contra o Racismo

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNEEI – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IAA – Instituições de Acompanhamento e Avaliação

IO – Instituições Operadoras

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional da Educação

PNLEM – Programa do Livro Didático do Ensino Médio

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

PIC – Projeto Inovador de Curso

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PROLIND – Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEMTEC – Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico

Índice

I. Informação Básica	1
II. O Projeto	1
a. Contexto do Projeto:	1
b. Descrição do Projeto:	3
i. Objetivo de Desenvolvimento	3
ii. Componentes	3
c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável)	4
III. Resultados	4
a. Efeitos Diretos	4
b. Efeitos Indiretos	6
c. Externalidades	7
d. Produtos	7
e. Custos do Projeto	10
IV. Implementação do Projeto	11
a. Análise de Fatores Críticos	11
b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora	12
c. Desempenho do Banco	12
V. Sustentabilidade	12
a. Análise de Fatores Críticos	12
b. Riscos Potenciais	13
c. Capacidade Institucional	13
VI. Monitoramento e Avaliação	14
a. Informação sobre Resultados	14
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post	14
VII. Lições Aprendidas	14

I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

Nº PROJETO: BR0364	TÍTULO: Programa de Diversidade na Universidade
Mutuário: República Federativa do Brasil	Data da Aprovação pelo Diretório: 07/06/2002
Agência Executora (AE): Ministério da Educação	Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 18/12/2002
	Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 09/05/2003
Empréstimo (s): 1406/OC-BR	Meses em Execução
Sector: Educação	* Desde a aprovação: 73
Instrumento de Empréstimo: INL	* Desde a efetividade do contrato: 66
	Períodos de Desembolso
	Data Original de Último Desembolso: 18/12/2005
	Data Atual de Último Desembolso: 27/05/2008
	Extensão Acumulada (Meses): 29
	Montante do Empréstimo(s) US\$
	* Montante Original: 9.000.000,00
	* Montante Atual: 9.000.000,00
	* Pari Passu (se aplicável): 56% BID 44% Local
	Houve Redirecionamento de recursos de [] para [] este projeto?
	[X] N/A (Favor marcar opção correspondente)
	Montante US\$: 5.000.000,00 (56%)
	Número (s) de Projeto e/ ou sub-empréstimo para onde foram redirecionados:
	Numero de Projeto(s) ou subempréstimo de onde foram redirecionados:
	Montante US\$:
Investimento Combate a Pobreza (PTI): Não	Desembolsos
Equidade Social (SEQ): Sim	* Montante atual: US\$ 4.683.378,76 - 93,67%
Classificação Ambiental: A, B, ou C – N/A	Custo total do projeto (estimativa original): US\$ 9.000.000,00
Programa aprovado anteriormente a aplicação deste critério.	Em estado de "Alerta"
	Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não
	Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):
	Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):

Resumo da Classificação do Desempenho				
OD	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
SU	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)

II. O Projeto

a. Contexto do Projeto:

Antecedentes:

O marco inicial que resultou na abertura desta linha de financiamento do BID junto ao Ministério da Educação do Brasil foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR), que aconteceu em 2001 em Durban, África do Sul, e que teve como um de seus desdobramentos a realização em março de 2002 do I

Seminário Regional sobre Afro-Descendentes nas Américas, promovido pela ONU, através do Grupo de Trabalho sobre Minorias, na cidade de La Ceiba, Honduras.

No Brasil, em resposta às demandas geradas a partir da Conferência na África do Sul e às medidas especiais registradas na Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial ratificadas em Durban, o governo federal instituiu, no âmbito da administração pública federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, colocando esta estratégia como um meio fundamental de promoção da igualdade racial.

Neste período, os indicadores referentes aos níveis e qualidade da escolaridade da população brasileira apontavam que 84% dos jovens negros não concluíam o ensino secundário e 98% dos que concluíam não ingressavam na Universidade, o que evidenciava a necessidade de uma resposta mais objetiva e institucional que promovesse a inclusão na educação. (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001). Esta realidade fez com que as políticas educacionais voltadas para esta população se colocassem, na ocasião, como um foco importante das Ações Afirmativas preconizadas pelo Fórum de Dubai.

Contexto Institucional:

A temática da inclusão racial na área de educação é incorporada pelo governo brasileiro em suas políticas setoriais e está expressa no Programa Avança Brasil do Governo Fernando Henrique Cardoso, objetivo nº VI, Promoção da Cidadania, que colocava entre as metas, para a área de educação: i) elaborar o Plano Nacional sobre Diversidade; ii) estimular a produção de material didático destinado ao Ensino Fundamental com ênfase nos valores de igualdade e tolerância e no papel da comunidade negra, entre outros grupos étnicos na formação da identidade nacional, de acordo com os parâmetros Curriculares Nacionais do MEC; iii) produzir programas sobre a temática da diversidade, a serem transmitidos pela TV-Escola; iv) apoiar a criação, nas universidades do sistema federal de ensino superior, de cursos pré-vestibulares gratuitos para estudantes de baixa renda, visando aumentar o acesso de jovens negros à universidade.

O BID, que estava determinado, a partir da Conferência de Durban, a aliar-se à agenda mundial ampliando sua participação nesta temática e cujo interesse na América Latina já vinha crescendo desde 1994 inicia, em 2001, negociações com o Governo brasileiro, com o objetivo de apoiar experiências inovadoras que pudessem vir a contribuir para a consolidação de uma política de inclusão racial e diminuição da desigualdade social no país, negociações estas que se efetivam com a assinatura do contrato de empréstimo Nº. 1406/OC-BR, ao final do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Neste contexto, é criado pelo governo federal através da Lei Nº. 10.558, de 13 de novembro de 2002, o Programa Diversidade na Universidade – Inclusão Social na Educação Média e Superior do Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico – SEMTEC. Este Programa tinha como finalidade, implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros. De acordo com a referida Lei, o Programa deveria ser executado mediante a transferência de recursos da União a entidades de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, que atuassem na área de educação e que viessem a desenvolver projetos inovadores para atender a esta finalidade. A Lei determinava ainda que a transferência de recursos para entidades de direito privado, sem fins lucrativos, deveria ser realizada por meio da celebração de convênio ou de outro instrumento autorizado por lei.

O contrato, no entanto, só vai se efetivar institucionalmente já no Governo do presidente Lula, num outro contexto político, com novas prioridades, diretrizes políticas bem como, novos atores.

Implementação:

No novo desenho organizacional do MEC, no governo que se iniciava, foi criada em julho de 2004, um ano e meio após a criação do Programa, a Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade (SECAD), que tem como objetivo contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos, em especial de jovens e adultos, em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação continuada, além de responder pela orientação de projetos político-pedagógicos voltados para os segmentos da população vítima de discriminação e de violência.

Esta Secretaria incorpora temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial, antes distribuídos em outras secretarias, e tem como principal diretriz garantir a formulação de políticas públicas e sociais como instrumento de cidadania.

O Programa Diversidade na Universidade passa a integrar esta nova Secretaria, estando inserido na Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania, o que vai dar maior viabilidade institucional ao Programa e redirecionar o eixo das ações de uma perspectiva de escolarização, para uma perspectiva de direitos sociais, igualdade e cidadania passando o Programa a atuar como um elemento organizador desta nova estratégia implementada pelo MEC.

Na forma como foi concebida inicialmente, o Programa não pretendia, em curto prazo, resolver o problema da inclusão educacional da população afro-descendente, mas sim, identificar experiências e aprofundar o diagnóstico sobre a temática da exclusão educacional.

Na nova conjuntura que se coloca em 2003 com a reorientação de suas políticas, o foco de ação do MEC em relação ao Programa Diversidade na Universidade passa ser o direito a cidadania e o acesso e permanência na Universidade da população alvo (afrodescendentes e indígenas), ampliando-se assim a proposta inicial.

É nesta linha que o BID aprova, após acordo com o MEC quando da Missão de Avaliação do Banco realizada em maio de 2005, um redirecionamento das ações do Programa dirigidas aos povos indígenas, introduzindo duas novas linhas de ação: 1) fortalecimento das escolas de ensino médio indígenas e; 2) apoio aos cursos de licenciatura indígena.

Finalmente, para se entender o processo de implementação e melhor avaliar os resultados, é preciso ressaltar que as mudanças na taxa de câmbio ocorridas no período de vigência do contrato de empréstimo com o Banco, levaram a uma desvalorização do US\$ em relação à moeda nacional, diminuindo, em termos reais, o aporte de recursos ao Programa, já que o valor do contrato tinha como base a moeda americana. Esta mudança na política cambial, afetou a gestão e o desempenho orçamentário do Programa, na medida em que, reduziu o orçamento inicialmente planejado e exigindo maior aporte do MEC para cumprir as metas acordadas.

b. Descrição do Projeto:

i. Objetivo de Desenvolvimento

O Objetivo Geral do Programa é apoiar a formulação de maneira participativa e validar propostas de políticas inovadoras de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica no ensino médio e superior.

ii. Componentes

Componente I – Desenvolvimento de insumos para uma política de inclusão social. Visava o desenvolvimento de estudos, pesquisas e produtos para a formulação de uma política de inclusão social, através da promoção do diálogo e o consenso entre os diversos atores responsáveis pelo desenvolvimento de políticas e estratégias de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica na educação média e superior. Este componente incluiu os seguintes sub-componentes:

- a) revalorização da diversidade cultural;
- b) Constituição de base conceitual sobre exclusão social, discriminação e desigualdade racial e étnica no ensino médio superior;

c) Propostas de Políticas de inclusão social para a educação média e superior.
As duas primeiras propostas deveriam contemplar, entre outras, a base jurídica e as alternativas institucionais, operacionais e financeiras para sua execução.

Componente II - Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Profissional. Teve por objetivo fortalecer o Ministério da Educação para que o mesmo pudesse promover a inclusão social e o combate à discriminação racial e étnica.

Componente III - Apoio e Avaliação de projetos inovadores de cursos. Este componente propunha o financiamento, a implantação, o acompanhamento e a avaliação de Projetos Inovadores de Cursos (PIC) de promoção ao acesso à educação superior e de reforço ao desempenho no ensino médio, nos Estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Este Componente inclui os seguintes sub-componentes:

- a) Apoio a Projetos Inovadores de Curso;
- b) Acompanhamento dos PIC;
- c) Prêmio de Ingresso.

Componente IV - Comunicação Social. Visava financiar, com recursos do Programa, atividades de comunicação social para divulgação dos resultados. Este componente inclui dois sub-componentes:

- a) Estratégia de comunicação social para divulgação do Programa.
- b) Divulgação de produtos e atividades do Programa.

c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável)

Não houve revisão de desenho e nem revisão dos objetivos de desenvolvimento do Programa

Revisão da Qualidade do Desenho ("Quality -At- Entry")			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (i)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)

III. Resultados

a. Efeitos Diretos

O Programa não conta com uma linha de base. Pelo fato do pré-vestibular não integrar o sistema educacional não há registros oficiais quanto ao número de alunos matriculados e o percentual de ingresso dos egressos destes cursos na universidade. A realização deste tipo de iniciativa era feita de forma dispersa por ONGs ligadas ao movimento negro e movimentos comunitários, não havendo um registro sistemático das informações em relação ao número de alunos e do ingresso dos mesmos na universidade, o que dificultou o estabelecimento de um marco zero para o Programa. Nesta avaliação, portanto, serão consideradas como base para análise as atividades planejadas e as executadas.

ALCANCE DO (S) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD)		
Objetivo(s) de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos (*) (*) O marco lógico do Programa não estabeleceu linha de base e metas quantitativas para os OD	
	<u>Efeitos Diretos Planejados:</u> <u>Início do Projeto: 2002</u>	<u>Efeitos Diretos Obtidos</u> <u>Final do Projeto: 2007</u>
1. Apoiar a formulação de maneira participativa e validar propostas de políticas inovadoras de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica no ensino médio e	1.1 Propostas de política e estratégias para promover a igualdade no sistema educacional, socializadas e validada pelo MEC	1.1.1 Criação dos Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Raciais: 21, 8.000 participantes; 1.1.2 Institucionalização dos Fóruns; Permanentes de Educação e Diversidade: 18

superior.	1.2 Diretrizes institucionais formalizadas	<p>1.2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira: 01 Publicação;</p> <p>1.2.2 Orientações e Ações para a Educação de Relações Étnico-Raciais: 01 Livro editado;o</p> <p>1.2.3 Criação das Comissões assessoras de Diversidade: 02 Comissões: Afrodescendentes: CADARA: 07/2003</p> <p>Indígena: CNEEI: 09/2005</p> <p>1.2.4 Editais:</p> <p>Editais de PIC: 04</p> <p>Editais de Premiação: Decreto 4.876/2003</p> <p>Editais de Pesquisa: 02</p> <p>Editais de Concurso Material Pedagógico: 01</p>
Classificação: Provável	<p>1.3 Temas sobre revalorização da diversidade cultural incluídos nos parâmetros curriculares do ensino, materiais curriculares produzidos e distribuídos, para capacitação de professores do ensino médio dos, para aplicação na sala de aula e programas produzidos e divulgados na TV Escola do MEC.</p> <p>1.4 PIC implantados em pelo menos 30% dos Estados (9 estados).</p> <p>1.5 Pelo menos 40% dos estudantes que entraram nos cursos melhoram seus desempenhos em uma avaliação tipo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).</p> <p>1.6 Pelo menos 20% dos estudantes egressos dos cursos foram admitidos por uma instituição de ensino superior (tecnológica ou universidade).</p> <p>1.7 Projetos inovadores avaliados e capacidade institucional fortalecida</p> <p>1.8 PIC Ensino Médio</p> <p>1.9 PIC de Formação de Professores de Ensino Médio – Quilombolas Meta: 500 professores de nível médio e 20 técnicos</p> <p>1.10 Formação Superior e Licenciaturas Indígenas-PROLIND</p>	<p>1.3.1 Vinte e duas Publicações e distribuição de livros abordando a temática racial (19) e à educação indígena (03);</p> <p>1.3.2 Revalorização e Diversidade Cultural: 10 publicações resultantes de duas pesquisas, quatro seminários e fóruns, três artigos de especialistas e uma sistematização da experiência dos PICs;</p> <p>1.3.3 Programas de TV em parceria com a TV Escola: 4;</p> <p>1.3.4 Material de Divulgação: Calendários, Kit a Cor da Cultura;</p> <p>1.3.5 Curso de Formação de Professores à Distância "Educação- Africanidades-Brasil"</p> <p>Total de participantes: 25.000 professores</p> <p>1.4.1 Total de PICs implantados: 80 em 13 estados brasileiros. 100% da meta</p> <p>1.5.1 Não foi possível avaliar o cumprimento desta meta pois houve uma grande defasagem entre o nº de alunos que realizaram a primeira e a segunda prova. A amostra realizada pelas IAAs foi de apenas 11% do total de alunos matriculados;</p> <p>1.6.1 Total de alunos que tiveram seu acesso à Universidade confirmados: 8213 (78% dos que realizaram o vestibular) Total de alunos que confirmaram seu ingresso: 2.869 (26% do total de alunos matriculados)</p> <p>1.7 Total de relatórios apresentados – 149 (Entre avaliações do marco zero, intermediárias e finais. Por problemas operacionais as informações coletadas não foram analisadas, o que dificulta uma avaliação de resultados de impacto do Programa).</p> <p>1.8 convênios assinados: 4 (em fase de implantação);</p> <p>1.9- Convênios firmados: 10 Convênios Implementados: 05 Total de alunos participantes: 96 (dados disponíveis dos estados do Rio de Janeiro e Amapá).</p> <p>1.10 Quatro cursos de Licenciatura com a previsão de formação de 880 professores indígenas.</p>

PPMR Retrofitting. Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas consequências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metad. Incluir como anexo à documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.

Em 2005, o Programa sofre uma revisão, a partir da avaliação intermediária e da missão do BID onde se decide pela extensão do contrato até 2007 e quando são incluídas os seguintes Projetos Inovadores: Sucesso e Permanência de Negros e Negras no Ensino Superior; Fortalecimento de Negras e Negros no Ensino Médio; Capacitação de professores de ensino médio em comunidades remanescentes de quilombos; Fortalecimento de escolas de ensino médio indígenas; Apoio a licenciaturas interculturais específicas para a formação de professores indígenas.

Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):

[] Muito Provável(MP) [X] Provável (P) [] Pouco Provável (LP) [] Improvável (I)

Justificativa:

Para o OD global - Apoiar a promoção da equidade e da diversidade na Educação Superior para afro-descendentes, indígenas e outros grupos totalmente desfavorecidos do país, foi classificado como Provável considerando: i) a expansão da participação de afro-descendentes na universidade; ii) a institucionalização destas ações afirmativas no MEC; iii) a institucionalização da participação dos movimentos sociais na formulação das políticas voltadas para a população alvo do Programa; iv) reforço das experiências inovadoras de cursos realizadas pelos movimentos sociais.

Não é possível atribuir as mudanças nos indicadores de participação na Universidade do Programa, tanto por uma questão de escala, quanto pela falta de uma linha de avaliação para comparar os resultados com e sem o Programa. No entanto, estudos realizados por pesquisadores apontam as Ações Afirmativas, implementadas após a Conferência de Durban, entre elas o Programa Diversidade na Universidade, como fatores que contribuíram para ampliação do acesso. A estes fatores são agregados: o aumento de vagas na Universidade, que cresceu 174%, no período em que o Programa se realizou; e a política de concessão de bolsas de estudo nas Universidades particulares e do sistema de cotas para afro-descendentes nas Universidades públicas, instituídos em 2004/05.

Com relação aos objetivos específicos a classificação embora se mantendo no índice de Provável, vai ter suas especificidades, tendo avançado muito em alguns campos, a saber:

i) Fortalecimento dos Programas Inovadores de Curso:

- ✓ os resultados dos PICs tanto quantitativos como qualitativos estão acima dos parâmetros previstos: 11.000 alunos beneficiados, sendo 77% deles negros ou indígenas, considerando que o patamar mínimo era de 51% sobre o total de alunos matriculados;
- ✓ mais de 2.800 destes alunos ingressaram na universidade, superando o índice previsto de 25%;
- ✓ ampliação da capacidade de manutenção dos alunos na Universidade através da premiação de 445 alunos que foram bem avaliados;
- ✓ fortalecimento de 80 instituições no que se refere à gestão administrativa do Programa;
- ✓ formação de mais de 500 professores com conteúdos voltados para a revalorização da identidade étnico-racial.

ii) Construção de uma base conceitual sobre exclusão, inclusão e valorização étnico-racial: 22 publicações; Criação de uma coleção Educação para Todos; consolidação de uma linha editorial no MEC voltada para a temática da diversidade.

iii) Fortalecimento institucional do MEC através da ampliação da base de participação social: criação de duas comissões assessoras; criação de um portal de amplo acesso ao público; implantação de 18 Fóruns Permanentes de diversidade étnico-racial; criação da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão na estrutura do MEC e apoio à criação da Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena.

b. Efeitos Indiretos

Destacam-se os seguintes efeitos indiretos da implementação do Programa:

1. Fortalecimento Institucional

O Programa Diversidade foi fundamental para promover o diálogo entre o ensino médio e os movimentos sociais e incluir as ações de ensino na agenda do MEC, tendo contribuído para a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, que estrutura e dá organicidade às ações voltadas para as populações afro-descendentes e indígenas.

2. Ampliação do acervo de livros didáticos com a temática da Diversidade

A estruturação do Programa possibilitou a participação da SECAD na elaboração do Programa Nacional do Livro Didático, nos editais para seleção de editoras e de materiais com as seguintes diretrizes: anti-racismo, participação da mulher e dos povos indígenas na sociedade brasileira e parceria com o TV Escola nos programas: Salto para o Futuro, Religiosidade, Ensino Médio, Diversidade Geral, Educação Quilombola, ampliando e instrumentalizando a discussão desta temática nas escolas.

3. Institucionalização das estratégias de intervenção para redução da desigualdade étnica e racial na escola a nível dos sistemas nacional e estadual de ensino

A introdução da temática da diversidade na agenda política educacional estadual e nacional através da criação dos Fóruns Estaduais e das Comissões Estaduais de Diversidade nas Secretarias Estaduais de Educação, as "mini SECAD", possibilitou a indução e a institucionalização dos programas e projetos de combate à desigualdade e a implementação da Lei 10.639/2003.

4. Inclusão das ações do Programa Diversidade no PPA

Os investimentos e os compromissos no âmbito do Programa contribuíram para a alocação de recursos do Tesouro em ações da diversidade, garantindo e dando visibilidade às mesmas.

5. Fortalecimento das Ações Afirmativas no MEC

Estas informações e análises foram obtidas em entrevistas realizadas com dirigentes do MEC e gestores do Programa em outubro de 2007.

Estratégia de País:

O Projeto se enquadra dentro da estratégia de país 2000-2004, que estava centrada em: (i) promover e aprofundar a reforma e modernização do Estado no âmbito federal, estadual e municipal; (ii) apoiar os esforços para melhorar a competitividade e acesso ao mercado da produção brasileira, promovendo a iniciativa de redução do "Custo Brasil" e o processo de modernização econômica, por meio do fortalecimento do sistema financeiro, apoio às micro, pequenas e médias empresas, a reabilitação da infraestrutura básica, o desenvolvimento turístico e a integração regional; (iii) Apoiar os esforços para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, priorizando os setores de educação e saúde, incluindo intervenções para melhorar a eficiência do gasto social e apoiar a descentralização dos serviços sociais, buscando a formação de parcerias com a comunidade e a sociedade civil; e (iv) Atender os problemas de manejo ambiental e recursos naturais com ênfase na proteção dos ecossistemas vulneráveis.

c. Externalidades

O PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE funcionou como organizador da estratégia de inclusão na educação das populações indígenas e afro-descendentes, atuando entre a exemplaridade e a formulação de políticas públicas. O eixo principal do Programa, centrado na potencialização e avaliação das experiências inovadoras de curso resultou em novas estratégias de fortalecimento do ensino médio, visando à inclusão de afro-descendentes e indígenas na universidade, expressa na nova modalidade de PIC de nível médio.

d. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto: (*) O marco lógico do Programa não estabeleceu linha de base e metas quantitativas intermediárias para os componente	
1. Componente 1: <i>Desenvolvimento de Estudos e pesquisas e produtos para a formulação de uma política social:</i>	Produtos Planejados (*)	Produtos Obtidos
1.1. Revalorização da Diversidade Cultural 1.1.1 Pesquisas realizadas	1.1.1 01 estudo e 01 pesquisa sobre revalorização da diversidade cultural	1.1.1 Suplantada: 36 estudos e pesquisas
1.1.2 parâmetros curriculares adaptados	1.1.2 Temas sobre a revalorização da diversidade cultural incluídos nos parâmetros curriculares. 1.1.3 30% da cobertura utilizando materiais nas escolas.	1.1.2 Realizada: Lei 10.639/2003 ¹
1.1.3 Materiais curriculares distribuídos	1.1.4 30% da cobertura utilizando os programas	1.1.3 Suplantada: Material didático e de divulgação distribuídos: 147.400 unidades; Material didático PIC: 80 Kits; Volumes distribuídos: 1.167.905; 1.1.4 Programas realizados em parceria com a TVEscola: 4 Veiculação: 460 telepostos, média de cursistas atendidos: 244.000, em todos os estados da federação.
1.1.4 Programas produzidos e distribuídos para TV Escola	1.2.1 Publicações que trabalhem prioritariamente propostas e análises de políticas de inclusão social na educação. 1.2.2 Oficinas de Trabalho para elaboração de documento.	1.2.1 Seis Publicações e 3 livros que incluem o tema em alguns artigos.
1.2 Base Conceitual de Exclusão Social, discriminação e desigualdade. 1.2.1 Sistematização e diagnósticos realizados.	1.2.3 Oficinas Pedagógicas realizadas 1.2.4 Mapeamento de estratégias e Programas.	1.2.2 Realizada: 4 Oficinas de Trabalho com reuniões intermediárias em Seminários regionais gerando Documento aprovado pelo MEC.
1.2.2 Elaboração do documento Orientações e Ações para educação das relações étnico-raciais.		1.2.3 Realizadas: 14 1.2.4 13 publicações: 9 com foco no relato e análise de estratégias e programas voltados para a inclusão social, 4 que incluem o tema em alguns artigos.
1.2.3. Formação de Docentes 1.2.4 Políticas, estratégias e práticas analisadas		

¹

Torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Propostas de Política de Inclusão social na educação média e superior. 1.3.1 Políticas formuladas	1.3.1 30% da cobertura com proposta implementada	1.3.1 Realizada: Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, aprovado pelo MEC e distribuído numa linha didático instrumental enviado às Secretarias Estaduais de Educação - 54.000 exemplares.
1.3.2 Propostas elaboradas	1.3.2 30% da cobertura com proposta implementada	1.3.2 Realizada: Fóruns Permanentes de Educação e Diversidade Étnico-Racial constituídos: 18
1.3.3 Base jurídica consolidada	1.3.3 Portarias e Decretos aprovados	1.3.3 Realizada; Lei 10.558/2002 (Cria o Programa Diversidade na Universidade). Lei 10.639/2003 aprovada – Parâmetros Curriculares. Portaria 1941/2002 – Institui a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Indígenas. Portaria 1941/2002 – Institui a Comissão Assessora de Diversidade relacionada aos afro-descendentes.
Classificação: S		

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

Os resultados do Programa estão dentro dos parâmetros previstos, entretanto os prazos previstos para a execução das atividades em grande parte não foram cumpridos, por problema de gestão.

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado. Data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

Como consequência dos entendimentos mantidos entre o BID e a SECAD na Missão de Avaliação do Banco em 2005 houve um redirecionamento das ações do Programa dirigidas aos povos indígenas com a introdução de duas novas linhas de ação: 1) fortalecimento das escolas de ensino médio indígenas; 2) apoio aos cursos de Licenciaturas indígenas. Estas novas ações visavam atender às especificidades indígenas e aos objetivos do Programa.

2. Componente 2 Fortalecimento Institucional	Produtos Planejados	Produtos Obtidos
2.1 SECAD fortalecida 2.1.1 Comissões Assessoras instituídas	2.1.1 Duas Comissões instituídas.	2.1.1 Realizada: Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Indígenas- CNEI Comissão Assessora de Diversidade para assuntos relacionados aos afro-descendentes – CADARA.
2.1.2 Criação do Portal na internet com informações sobre o Programa e o tema diversidade.	2.1.2 Central implementada e funcionando.	2.1.2 Realizada em 2005. http://www.mec.gov.br/secad/diversidade/ci acesso médio a partir de 2006: 10.000/mês
2.1.3 Quadro permanente do MEC capacitado	2.1.3 20 servidores capacitados em cursos.	2.1.3 Não foi realizada de forma sistemática. Único registro: Oficinas de sensibilização dos servidores do MEC na semana de consciência negra do MEC, em 2004.
2.1.4 Contratação de consultores especializados	2.1.4 30 consultores contratados.	2.1.4 Média de 20 consultores por ano, em seis anos. (ver Anexo 2 p.26)
2.1.5 Móveis e equipamentos adquiridos	2.1.5 Estrutura da UEP montada.	2.1.5 Não se encontra discriminada.
Classificação: S		

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). [X] N/A

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado. data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças: [X] N/A

3. Componente 3 Apoio e Avaliação de Projetos Inovadores de Cursos (PIC) Projetos Inovadores Cursos (PIC) implantados e avaliados e prêmios	Produtos Planejados	Produtos Obtidos
3.1.1 Instituições Operadoras Contratadas	3.1.1 IOs contratadas em 30% dos Estados.	3.1.1 Meta suplantada: Total de IOs contratadas - 72 - 100% estados atendidos
3.1.2. Projetos Inovadores implantados	3.1.2 PICs implantados em pelo menos 30% dos Estados. 100% dos PICs avaliados e 10.000 alunos capacitados	3.1.2 Meta suplantada: 80 PICs implantados em 100% dos Estados – 13
3.1.3 PIC acompanhados e avaliados	3.1.3 Acompanhamento e avaliação dos PICs nos Estados.	3.1.3 100% dos PICs acompanhados e 15.343 alunos atendidos.
3.2 Acompanhamento e Avaliação Realizados		3.2.1 Duas IAAs contratadas e cinco consultores de avaliação contratados. Não foi possível encontrar IAAs que se adequassem ao perfil do programa e que se candidatassem. Foram contratados consultores especialistas que realizaram as avaliações: 44
3.2.1 Instituições de Avaliação e Acompanhamento (IAA) contratadas	3.2.1: IAAs contratadas em pelo menos 30% dos Estados	

<p>3.2.2 Alunos beneficiários avaliados</p> <p>3.2.3 Alunos que ingressaram na universidade.</p> <p>3.3 PICs de nível médio</p> <p>3.3.4 Prêmios de Ingresso</p> <p>3.4 Programas de capacitação de professores indígenas implementados</p> <p>3.5 Programas de capacitação de professores area quilombola implementados</p> <p><u>Classificação:</u> S</p>	<p>3.2.2 . Prova de Avaliação Aplicada em 100% dos alunos</p> <p>3.2.3 20% de alunos aprovados</p> <p>3.3: 30 a 60 alunos por Estado (4 estados).</p> <p>3.3.4 As metas não foram definidas.</p> <p>3.4 As metas não foram definidas</p> <p>3.5 Projeto piloto em 10 Estados capacitando 50 professores por Estado</p>	<p>3.2.2 Avaliação realizada em 35% dos alunos atendidos (5.370).</p> <p>3.2.3 Meta alcançada: pelo menos 26% dos alunos aprovados. (Ver anexo 4.1, p.42).</p> <p>3.3 Quatro PICs de nível médio em fase de implementação</p> <p>3.3.4 Total de alunos premiados: 445 (equivalente a 15,5% dos alunos aprovados e 5,4% dos alunos atendidos).</p> <p>3.4 Quatro cursos realizados (2 em universidades federais e 2 em universidades estaduais). Previsão de alunos formados – 880.</p> <p>3.5 Dez cursos foram contratados mas cinco deles tiveram seus contratos encerrados antes do início. Estados que realizaram os cursos: RJ e Amapá. Total de alunos em curso: 96</p>
<p>Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).</p> <p>3.1.5, cinco PICs foram cancelados, uma vez que não conseguiram atender às exigências administrativas do Programa, mas foram executados mesmo sem recursos do Programa.</p> <p>3.1.4 houve dificuldade em se obter os resultados das avaliações em função da ausência de um sistema de monitoramento e avaliação. O programa produziu um enorme volume de informações que, no entanto, se encontram dispersas, com pouca sistematização.</p> <p>3.5.1 os contratos foram feitos com as Secretarias Estaduais de Educação e por dificuldades burocráticas e interferências políticas regionais alguns Estados devolveram o recurso, sem executar o Programa.</p>		
<p>Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado. data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as conseqüências dessas mudanças: Os programas contidos nos sub-componentes 3.3, 3.4 e 3.5 não estavam previstos na proposta inicial, mas foram acordados durante a missão do BID em 2005, atendendo às demandas dos movimentos negro e indígena.</p>		
<p>4. Componente 4 Comunicação social</p> <p>4.1 Estratégias de Comunicação Social para a divulgação do programa.</p> <p>4.2 Divulgação de produtos e atividades</p> <p><u>Classificação:</u> S</p>	<p><u>Produtos Planejados</u></p> <p>4.1 Criação de uma estratégia de comunicação social para divulgação do Programa.</p> <p>4.2 Divulgação de produtos e atividades</p>	<p><u>Produtos Obtidos</u></p> <p>4.1 Distribuição de 147.400 itens relacionados ao Programa, como calendários, cartazes, broches, 'kits' didáticos.</p> <p>4.2.1 Veiculação na mídia falada e escrita dos Editais do Programa em 1050 emissoras de rádio.</p> <p>4.2.2 Divulgação dos Fóruns Estaduais na imprensa local e mala direta para as instituições interessadas.</p> <p>4.2 Divulgação no portal da Central de Informações</p>
<p>Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).</p> <p>Não houve uma ação sistematizada de desenvolvimento deste componente, fazendo com que o trabalho de comunicação tenha tido um caráter mais informativo do que formativo.</p>		
<p>Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado. data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as conseqüências dessas mudanças: [<input checked="" type="checkbox"/>] N/A</p>		
<p>5. Componente 5 Avaliação do Programa</p> <p>5.1 Encontros Regionais e Estaduais de PIC</p> <p>5.2 Documento de Avaliação Final do Programa</p> <p>5.3 Reunião de Avaliação Final com usuários</p> <p><u>Classificação:</u> S</p>	<p><u>Produtos Planejados</u></p> <p>5.1 Encontros Regionais/Estaduais</p> <p>5.2 Relatório de Avaliação – contratação de consultoria</p> <p>5.3 Seminário de Avaliação</p>	<p><u>Produtos Obtidos</u></p> <p>5.1 Cinco Encontros Estaduais realizados em 2004: MG, RJ, BA, MS, SP</p> <p>5.2 Relatório de Avaliação (Anexo 4.1)</p> <p>5.3 Não realizado até a presente data.</p>
<p>Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). [<input checked="" type="checkbox"/>] N/A</p>		
<p>Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado. data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as conseqüências dessas mudanças: [<input checked="" type="checkbox"/>] N/A</p>		
<p>6. Componente 6 Inspeção e Supervisão</p> <p><u>Classificação:</u> S</p>	<p><u>Produtos Planejados</u></p> <p>6. Visitas técnicas aos PICs</p>	<p><u>Produtos Obtidos</u></p> <p>6. Vinte e sete visitas técnicas de supervisão realizadas.</p>

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). [<input checked="" type="checkbox"/>] N/A			
Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado. data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças: [<input checked="" type="checkbox"/>] N/A			
Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:			
[<input type="checkbox"/>] Muito Satisfatório (MS)	[<input checked="" type="checkbox"/>] Satisfatório (S)	[<input type="checkbox"/>] Insatisfatório (I)	[<input type="checkbox"/>] Muito Insatisfatório (MI)

e. Custos do Projeto

Custo Total Projeto – Planejado (US\$ em mil)							Custo Total do Projeto - Atual (US\$ em mil)		% Diferença	
CATEGORIA	ORÇAMENTO INICIAL			ORÇAMENTO ATUAL			Executado		Diferença (%)	
			TOTAL			TOTAL	Total			
	BID	LOCAL		BID	LOCAL					
	1	2		1	2					
1.0 – Administração Programa	-	450.00	450.00	-	414.58	414.58		413.89	413.89	-0.17%
2.0 – Desenvolvimento Estudos	1.000.00	-	1.000.00	2.010.89	-	2.010.89	2.003.21		2.003.21	-0,38%
2.1 - Revalorização da Diversidade Cultural	400.00	-	400.00	1.421.88	-	1.421.88	1.421.88	-	1.421.88	0.00%
2.2 - Base Conceitual Exclusão Social, discr. e desigualdade	200.00	-	200.00	78.81	-	78.81	70.81	-	78.81	-10.15%
2.3 - Propostas de Política de Inclusão social na educação média e superior	400.00	-	400.00	502.52	-	502.52	500.52	-	500.52	-0,38%
3.0 – Fortalecimento Institucional	250.00	250.00	500.00	342.19	335.84	678.04	342.19	331.28	673.46	-0.68%
4.0 - Apoio e Avaliação de Projetos Inovadores de Cursos (PIC)	2.890.00	3.000.00	5.890.00	1.906.39	3.113.39	2.219.78	1.897.76	2.823.35	4.721.11	112.68%
4.1 – Apoio a Projetos Inovadores	2.290.00	2.000.00	4.290.00	1.546.19	2.200.93	3.747.42	1.538.68	2.131.03	2.131.03	-43.13%
4.2 - Acompanhamento e Avaliação dos PICs	600.00	600.00	1.200.00	360.20	580.72	940.92	359.06	565.30	924.36	-1.76%
4.3 - Prêmios de Ingresso	-	400.00	400.00		331.69	706.76		127.01	127.01	-82.03%
5.0 – Comunicação Social	660.00	300.00	960.00	670.52	136.24	806.76	414.83	110.94	525.77	-34.83%
5.1 – Estratégia de Comunicação Social para a divulgação do Programa	210.00	150.00	360.00	376.99	58.83	435.82	328.15	43.41	371.56	-14.74%
5.2 - Divulgação de Produtos e Atividades	450.00	150.00	600.00	293.53	77.41	370.94	86.68	67.53	154.21	-58.43%
6.0 – Avaliação do Programa	150.00	-	150.00	120.00	-	120.00	22.87	-	22.87	-80.94%
7.0 – Inspeção e Supervisão	50.00	-	50.00	50.00	-	50.00	2.5	-	2.5	-95%
SUBTOTAL	5.000.00	4.000.00	9.000.00	5.000.00	4.000.00	9.000.00	4.683.38	3.679.46	8.362.84	-7,08%
TOTAL (BID + LOCAL)	9.000.00		-	9.000.00			8.362.84		-	-
Percentuais	56,0%	44,0%	-	56,0%	44,0%	-	56.0%	44.0%	-	-
	100.0%			100.0%						

Explique brevemente diferenças.

- Destaque para a realocação de recursos entre categorias da fonte BID: a categoria 4 correspondia a 56% do orçamento original, e passou para 40% na execução final; a categoria 1 teve um aumento de 101,00%, passando de 20% (em relação ao total inicial) para 40% do total executado. Ambas as realocações referem-se à participação do BID, permanecendo estável a participação da contrapartida. É importante destacar a diferença entre os orçamentos inicial e total do BID, particularmente, nos sub-componentes: Apoio a projetos inovadores de cursos e Acompanhamento e avaliação dos PICs.
- Outro ponto a ser destacado foi o aumento de 36% entre os orçamentos inicial e total, na Categoria 2 – Fortalecimento Institucional, tanto no que diz respeito ao BID e da contrapartida local. Tal fato evidencia o apoio às Comissões Assessoras de Diversidade e o fortalecimento do MEC no âmbito da inclusão racial e combate à discriminação racial e étnica.

IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

Seguem-se os principais fatores críticos à implementação do projeto e os respectivos encaminhamentos conduzidos pela equipe de execução.

Pressupostos / Fatores de Risco identificados na formulação(Marco lógico), fora do âmbito de influência da gerência do Programa		
Pressupostos / Fatores de Risco	Observações	
OD. As autoridades correspondentes manterem a vontade política de reduzir as inequidades educativas para os afrodescendentes e indígenas e promover a diversidade no ensino médio e superior.	A vontade política de intervir no problema manteve-se durante toda a execução, mas houve alterações nas estratégias e prioridades em função das mudanças de Ministros e da estrutura do MEC, gerando problemas de gestão interna do Programa atraso no cumprimento das metas.	
OD. Valorização social das propostas de políticas de inclusão e percepção da viabilidade das mesmas.	Pouca visibilidade das propostas para a sociedade.	
COMPONENTE 1 -Canalização adequada dos conflitos entre grupos através de processos de concertação e diálogo.	Aproximação dos movimentos sociais e abertura de diálogo com os diferentes grupos.	
COMPONENTE 1 – Atores chaves (gestores do sistema educativo, docentes de ensino médio e superior, acadêmicos, autoridades públicas e membros da sociedade civil), integrando, participando e contribuindo colaborativamente na formulação da proposta de uma política de redução das inequidades étnico-raciais na educação.	O Programa foi capaz de mobilizar e integrar os movimentos sociais ligados à temática de causas afrodescendentes e indígenas e as secretarias estaduais de educação a partir da criação dos Fóruns estaduais permanentes, mas não se consolidou uma política nacional dirigida à redução das inequidades étnico –raciais na educação.	
COMPONENTE 1 - Programa bem recebido pela sociedade em geral.	Pouca visibilidade das ações.	
COMPONENTE 3 - As operadoras cumprem os contratos com o MEC com qualidade.	As IOs tiveram muita dificuldade no cumprimento dos contratos considerando tratarem-se em sua maioria de organizações comunitárias ligadas aos movimentos sociais, com uma baixa organização burocrática capaz de responder às exigências dos órgãos financiadores (MEC, BID e UNESCO, esta última intermediária do recurso).	
Outros Fatores Críticos / de Risco fora do âmbito de influência da gerência do Programa, identificados na execução.	Efeito para o Programa	Observações / Implicações/Encaminhamentos
Desvalorização cambial -	Negativo	Cumprimento das metas físicas (89%) aquém do cumprimento das metas financeiras (100%). Dificuldade para a execução em função de restrições orçamentárias e financeiras (*)
Mudanças na estrutura do MEC	Positivo	Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, reunindo todas as ações do MEC voltadas para a promoção da cidadania e da igualdade étnico-racial na educação facilitando a gestão do Programa. Proporcionou maior visibilidade aos programas dirigidos às populações afrodescendentes e indígenas e às Ações Afirmativas neste campo.
Baixo nível de articulação entre os sub-componentes do Programa	Negativo	Fragmentação do Programa diminuindo impacto das ações e a construção de uma política pública mais vigorosa neste campo. A falta de um eixo estruturante não garantiu a complementariedade das ações.
Baixa integração entre os diferentes setores do MEC, especificamente SECAD e as Secretarias de Ensino Fundamental, Médio e Superior (SESU).	Negativo	Iniciativas pontuais de integração como com a SESU através do PROLIND e dos NEABS e participação no Comitê de Avaliação do Programa do Livro Didático. dificuldade de transversalização das políticas e diretrizes
Outros Fatores Críticos / de Risco identificados na execução, no âmbito de influência da gerência do Programa	Fatores de Risco Efeito para o Programa	Observações / Implicações/ Encaminhamentos
A ausência de uma linha de base do Programa que possibilitasse um processo de avaliação	Baixa capacidade de avaliação do Programa tanto externa, como, interna.	Dificuldade em medir os resultados de processo e de impacto do Programa de forma consistente
A ausência de uma proposta de gestão	Não definição de prioridades e falta de racionalização dos recursos.	Atendimento a demanda e pouca capacidade de resposta aos objetivos e metas
A contratação da intermediação da UNESCO para administrar o Programa	Pouca agilidade dos processos de contratação e compras.	Inadimplência das IOs e atraso no cumprimento das metas

(*) O Programa iniciou suas atividades em 2003 com o dólar cotado em média a R\$ 3,00 e finalizou em 2007 com o dólar cotado em média a R\$ 1,80.

b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

O desempenho do mutuário pode ser considerado satisfatório se for considerado o resultado final e as adversidades que teve que enfrentar no seu desenvolvimento. Apesar de assinado em dezembro de 2002, as atividades do Programa se iniciaram em outubro de 2003 e até 2004 apresentavam um baixo desempenho (aproximadamente 6% em 2003) em função da baixa capacidade gestora da SEMTEC, onde o Programa se encontrava e da escassez de recursos humanos. A mudança de estrutura do MEC e a criação da SECAD, em 2004, possibilitaram um avanço do Programa. Foi quando se efetivaram os PICs e foram compostas as equipes com pessoal qualificado e comprometido com a temática ampliando, assim, o leque de ações. A Missão de Avaliação Intermediária do BID, realizada no início de 2005 promoveu uma análise do desempenho até então, identificando os nós críticos e as demandas dos movimentos sociais e da nova direção. Foram feitos então ajustes e realocados recursos visando: a criação de PICs de nível médio; a capacitação de professores para as áreas indígenas; e a capacitação de professores para as áreas quilombolas. O auge do Programa acontece em 2005, quando se consolida um desenho institucional que contempla e ilumina a temática da diversidade e se inicia um processo de profissionalização da gestão e de planejamento estratégico, com apoio do Banco. Neste ano, o Programa alcança seu maior desempenho. A mudança política no Ministério que ocorre em 2006 redefine prioridades levando a uma queda de desempenho do Programa que chega a 2007 sem apoio para se renovar.

Desempenho do Mutuário/Agência Executora

<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
--	--	---	--

c. Desempenho do Banco

Ver Anexo 4.

Desempenho do Banco

<input checked="" type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
---	---	---	--

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

O Programa Diversidade na Universidade foi fundamental no sentido de trazer esta temática para o MEC articulando a pauta política mais ampla com as questões de ensino e gerando uma agenda específica que deve ser ampliada e aprofundada. Entre os fatores críticos apreendidos no desenvolvimento do Programa destacam-se:

1. A política do MEC tem como princípio à universalidade do acesso, sem recorte de cor, raça ou sexo o que dificulta uma ação institucional de combate ao racismo de maneira transversal. No entanto, a introdução desta temática e a articulação iniciada com outras secretarias, a partir do Programa, funcionaram como elemento gerador de mudanças no sentido de ações afirmativas no campo da educação.
2. Os cursos pré-vestibulares não integram o sistema nacional de ensino o que dificulta a institucionalização deste programa o MEC, mas a experiência com algumas secretarias estaduais apoiadas pelos PICs, aponta novas formas de intervenção como os PICs de nível médio.
3. A curta duração dos PICs é outro fator crítico na medida que impede uma ação mais efetiva e resultados de impacto em relação à mudança de atitude e ao ingresso à universidade dos egressos. A experiência de ampliação da duração e de acompanhamento destes alunos durante o curso médio permitiu o início de uma ação mais efetiva.

4. A criação do Programa PROUNI que concede bolsas nas universidades privadas e o sistema de cotas nas universidades públicas corrobora as ações do Programa e também contribui para a sua sustentabilidade.

5. A parceria com o INEP que gerou a inclusão de dados e informações sobre o quesito cor, raça e etnia no censo escolar a partir de 2005 é um fator que contribui para a realização de pesquisas e formulação de políticas e, indiretamente, para a sustentabilidade do Programa.

6. Os dados gerados a partir da experiência dos PICs e das pesquisas e estudos realizados constituem-se em um acervo importante, gerado pelo Programa, que se trabalhado e analisado pode contribuir para a formulação de políticas de educação específicas para este campo.

7. A inclusão das ações implementadas pelo Programa no Plano Plurianual PPA, instrumento de planejamento orçamentário do governo federal, garante em parte a sustentabilidade do Programa, na medida que cria rubricas específicas para estas ações.

A continuidade do Programa porém, vai depender da vontade política dos atuais dirigentes que têm colocado como prioridades, em documentos e pronunciamentos, os Programas que garantam escala.

b. Riscos Potenciais

Os riscos potenciais de sustentabilidade dos resultados obtidos associam-se especialmente a (i) limites e possibilidade de manutenção e ampliação dos PICs; (ii) limites e possibilidades de manutenção e ampliação dos projetos inovadores de curso no ensino médio; (iii) limites e possibilidades de ampliação das bolsas de permanência na graduação de egressos dos PICs; (iv) extensão dos PICs a instituições de ensino médio e superior tecnológico; (v) perda de equipes gestoras do Programa.

Esses fatores de risco são fortemente interligados e se traduzem na baixa capacidade de resposta do MEC às demandas dos movimentos sociais, na falta de investimento na manutenção dos programas inovadores implementados e na perda da capacidade formuladora e indutora de Políticas de combate à desigualdade social no âmbito da educação pelo MEC.

c. Capacidade Institucional

É possível afirmar que o Programa Diversidade na Universidade avançou em termos de dar relevância a esta temática, incorporando os movimentos sociais na formulação de políticas de combate à desigualdade na educação, sensibilizando e mobilizando as instâncias estaduais para as questões étnico-raciais e levando esta temática para dentro da sala de aula.

As evidências destas conquistas têm externalidades entre outros: no edital de convocação do PROLIND (Anexo 3); Implantação dos Fóruns Estaduais Permanentes; criação do Portal (<http://portal.mec.gov.br/secad/index.php>); Publicação e divulgação da Lei 10.639 (anexo 6); criação da CADARA (anexo 7); Criação da Comissão Assessora para Assuntos Indígenas (anexo 8) realização dos Fóruns Estaduais de PICs; Reedição da publicação Superando o Racismo; Elaboração e Divulgação da linha didático instrumental Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais e da dinamização dos Programas Inovadores de Curso.

A manutenção dessa capacidade institucional da SECAD e do MEC depende de: (i) manutenção / estabilidade das equipes gestoras do Programa; (ii) realização de capacitações continuadas para essas equipes; (iii) maior flexibilidade e autonomia administrativa da SECAD e das IOs.

Classificação de Sustentabilidade (SU):

<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) ?????	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) ???	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
--	--	---	---

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

O Programa não contou com uma linha de base e metas quantitativas estabelecidas. A sua implementação foi apoiada por instrumentos específicos e parciais de informações criados pelas equipes, visando acompanhar o desempenho físico-financeiro do programa e o desenvolvimento dos PICs.

O componente 3 criou uma planilha de acompanhamento que permite levantar dados primários referentes ao perfil das IOs, o número de alunos matriculados, egressos, premiados.(anexo 9), mas como não foi desenhado a priori um modelo de análise não é possível traçar uma linha de monitoramento e acompanhamento dos resultados e o impacto desta política.

Os Programas desenvolvidos através da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, junto às instituições de educação superior públicas e com as comunidades indígenas, utilizam sistema próprio de acompanhamento dos resultados, através de planilhas específicas.

O gerenciamento do Programa é feito através de planilhas de acompanhamento elaboradas pela Coordenação Administrativa do Programa (anexo 9).

Em 2004 iniciou-se, por iniciativa do Banco, um processo de planejamento estratégico que visava traçar metas e permitir uma avaliação de resultados a posteriori, que não se efetivou na prática, em função das mudanças na equipe de gestores da Secretaria.

Os indicadores de resultados foram levantados junto às estatísticas disponíveis na PNAD/IBGE e por meio da consolidação dos dados produzidos por cada um dos Componentes.

O Programa não conta com um instrumento próprio de avaliação de suas ações nem das políticas de combate à desigualdade étnico-racial na educação, implementadas a partir do mesmo.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

Monitoramento futuro – Não está previsto um monitoramento contínuo de resultados e impactos do PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE.

Avaliação *ex-post* – Não está prevista a realização de avaliação *ex-post* do Programa.

Em sendo iniciada uma nova operação para apoiar a promoção da equidade e da diversidade na educação superior para afro-descendentes e indígenas, desenvolvida entre o Banco e o MEC, recomenda-se à implantação de um sistema de monitoramento de processos e resultados desde o início de sua execução, com o estabelecimento de linha de base e metas intermediárias e finais atreladas aos objetivos do Programa.

VII. Lições Aprendidas

A implementação e desenvolvimento do Programa permitiram a partir das questões identificadas, tecer algumas recomendações que poderão ser utilizadas no desenho e execução de operações futuras, em projetos que pretendam introduzir e contribuir para a formulação de políticas de inclusão, não apenas na área da educação, mas na área social de uma maneira geral.

Em relação ao desenho do Programa:

1. A implementação de políticas públicas direcionadas para populações historicamente em desvantagem são ações de médio e longo prazo, que envolvem mudanças tanto institucionais quanto sociais e, portanto, devem ser considerados fatores como: tempo, continuidade de recursos e a construção de indicadores qualitativos de processo. A experiência do Diversidade mostrou que a curta duração do financiamento de experiências inovadoras de curso, não possibilitou uma ação mais efetiva em relação ao déficit cultural destas populações e que a ausência de mecanismos de manutenção destes alunos na Universidade dificultou a permanência dos mesmos.

2. A escolha e composição das equipes de trabalho são fatores estratégicos para o sucesso da operação. As equipes devem incluir profissionais especialistas na temática social a ser abordada, que tenham acumulação e reflexão sobre a mesma, de forma a qualificar as ações e, do ponto de vista institucional, evitar que o preconceito se reproduza internamente, em função da estrutura social na qual os Programas vão estar inseridos e, assim, continuem promovendo a desigualdade. No caso do Diversidade a falta de especialistas na implantação do Programa e a fragilidade das equipes comprometeram o desempenho das operações. O período em que o Programa obteve melhor desempenho e viabilidade foi no período 2004/2005, quando foram selecionados e contratados profissionais com formação e perfil voltados para ações de combate à desigualdade étnico-racial.

3. Programas desta natureza pressupõem a transversalização da temática nas diferentes estruturas dos Ministérios ou organizações que o abrigam e, portanto, para que tenham capilaridade devem estar inseridos nas estruturas de direção atuando numa perspectiva matricial. No caso do Diversidade se por um lado a criação da SECAD fortaleceu e deu visibilidade às ações, por outro, restringiu as mesmas ao âmbito de uma Secretaria, comprometendo a sua transversalidade.

4. A sustentabilidade política das ações deve ser a meta principal de um Programa que busca implementar ações inovadoras e novas práticas sociais de combate à desigualdade, visando a inserção social de segmentos excluídos das políticas públicas. A experiência do Programa demonstrou que para isto o fortalecimento institucional deveria ser o eixo integrador e o principal componente do Programa.

5. Os estudos e pesquisas devem ser induzidos no sentido de uma agenda que privilegie os estudos avaliativos e capazes de provocar respostas a problemas previamente identificados, gerando material de referência, consulta e subsídios para a formulação de políticas públicas. As pesquisas realizadas através do componente Estudos e Pesquisas, no caso do Diversidade, aumentaram o conhecimento sobre o tema, mas não foram capazes de produzir e sistematizar informações que pudessem ser transformadas em políticas públicas, mantendo um viés acadêmico.

6. A articulação com outros Programas afins. Também financiados pelo BID possibilitam a complementação de ações e potencializam resultados, como é o caso do PROMED e o Programa Diversidade na Universidade.

Em relação à Gestão do Programa e sua implementação e operacionalização:

7. Para se trabalhar com Organizações não Governamentais – ONGs, que têm pouca experiência de relacionamento com o Estado é necessário estabelecer previamente um modelo de gestão, que vá além de uma abordagem técnica ou de direito, mas reconheça a capacidade e limitações do fazer institucional das mesmas. No caso do DIVERSIDADE esta lacuna prejudicou o desempenho do Programa. A baixa institucionalidade destas organizações dificulta que a mesma receba recursos financeiros do Estado e realize prestação de contas, levando a inadimplência e comprometendo resultados.

8. O modelo de gestão a ser utilizado deve ser pactuado com as IOs previamente, de forma que se possa monitorar e acompanhar os resultados, sem prejuízo dos mesmos. A tendência quando se trabalha com este universo é utilizar uma postura paternalista, procurando entender as dificuldades sem preocupação em instrumentalizá-las para resolver os problemas e dar respostas em termos de resultados.

9. A capacitação de gestores deve ser considerada como um componente estratégico a ser observado em contratos que envolvam instituições frágeis institucionalmente, como é o caso da maioria das ONGs e movimentos populares que trabalham com esta temática. Esta experiência iniciada pelo DIVERSIDADE, mas não levada à frente por razões político-conjunturais, devem ser planejadas desde a concepção do projeto.

10. A intermediação dos recursos através de agências internacionais como foi o caso da UNESCO, dificultam o processo de gestão e impedem o aprendizado organizacional das instituições, onerando e desestimulando a sua adesão ao Programa. Na perspectiva do contratante compromete a gestão e monitoramento das ações ficando os técnicos impossibilitados de intervir de forma direta nas questões operacionais estratégicas para a realização dos objetivos do Programa. No caso do DIVERSIDADE as organizações tinham que responder à burocracia não só do MEC, como também às exigências burocráticas e os prazos da UNESCO, atrasando os processos de aquisição, contratação e liberação de recursos.

Em relação ao Monitoramento e Avaliação:

11. Para que se possa falar em resultados faz-se necessário ter uma base de dados que permita comparar e medir resultados. Para isto o Programa necessita estabelecer a priori um marco zero, um sistema de supervisão e um modelo de avaliação consensuado entre as partes e implementado desde o início.

12. No caso do DIVERSIDADE, como este modelo não foi previamente definido, não foi possível um monitoramento dos resultados durante o processo, ficando a gestão nas mãos da UNESCO. Os sistemas estabelecidos permitiram apenas a gestão do cotidiano e a gestão financeira do Programa. Os modelos de supervisão e avaliação foram sendo criados pela equipe do PIC durante a implementação do Programa de forma que atualmente o MEC dispõe de um acervo grande de informações, que se trabalhadas podem gerar subsídios importantes para a formulação de políticas neste campo da desigualdade na educação.

13. Em caso da realização de novo contrato ou mesmo da continuidade destas ações pelo MEC recomenda-se, fortemente, que este material seja analisado e seja feita uma avaliação qualitativa dos resultados do Programa.

Em relação aos resultados:

14. Projetos que visem apoiar a promoção da equidade e da diversidade na Educação para afro-descendentes, indígenas e outros grupos totalmente desfavorecidos do país, devem considerar: (i) horizontes de tempo mais longos para a obtenção de determinados resultados, especialmente os ligados à qualidade e à efetividade; (ii) em relação a sustentabilidade, que a qualidade e a efetividade dos resultados estejam diretamente relacionadas com a transversalização da política, sendo o foco principal das ações o fortalecimento institucional; (iii) a adesão e participação dos movimentos sociais são pré-requisitos para a formulação das políticas; (iv) a estabilidade das equipes é determinante para a continuidade das ações.

15. As experiências inovadoras de curso que obtiveram melhores resultados foram aquelas em que a temática da diversidade fazia parte do escopo do trabalho e que em seu desenho privilegiavam o recorte étnico-racial.

16. A questão indígena tem uma especificidade e uma diversidade interna em relação às propostas e merece, portanto, uma ação diferenciada que leve em consideração as diferenças étnicas, a história e cultura das populações e as políticas existentes voltadas para esta área.

17. Os Fóruns Estaduais Permanentes constituem-se em espaços privilegiados para formulação e institucionalização de políticas e diretrizes de forma participativa e dialógica.

18. A divulgação dos resultados das experiências desenvolvidas é fundamental para a mobilização da sociedade em relação à temática e para consolidação das ações. Este componente não foi privilegiado na implementação do DIVERSIDADE o que enfraqueceu a negociação interna no MEC para a realização de um novo contrato de empréstimo. Programas que tenham o foco na exemplaridade e não na escala, como é o caso do DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE, necessitam de um sistema organizado e uma estratégia própria de divulgação interna e externa.

ANNEX I

Quadro Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiament

CONTROLE DE DESEMBOLSOS E APORTES LOCAIS (Equivalente em US\$) Programa Diversidade Empréstimo 1406/OC-BR						Orçamento Vigente - Em US\$					
						BID – US\$		5,000,000.00		55.6%	
						Local – US\$		4,000,000.00		44.4%	
						Total – US\$		9,000,000.00		100.0%	
Categorias de Investimento		Orçamento Vigente		Acumulado Solicitação Anterior Nº. 17		Presente Solicitação Nº. 18		Acumulado Atual			
		BID	Local	Desembolso BID	Aporte Local	Desembolso BID	Aporte Local	Desembolso BID	Aporte Local		
[1]		[2]		[3]	[4]	[6]	[7]	[8] = [3]+[6]	[9] = [4] + [7]		
1	Administração do programa		414,579.00		408,441.21		5,454.28		413,895.49		
2	Desenvolvimento de Estudos	2,010,894.00		2,002,925.58		284.86		2,003,210.44			
3	Fortalecimento Institucional	342,197.00	335,840.00	342,196.39	321,746.82		9,530.62	342,196.39	331,277.44		
4	Apoio e Avaliação de Projetos Inovadores de Cursos (PIC)	1,906,392.00	3,113,339.00	1,389,876.70	1,658,999.43	507,879.65	1,164,349.96	1,897,756.35	2,823,349.39		
4.1	Apoio a projetos inovadores de curso	1,546,192.00	2,200,935.00	1,030,809.23	985,006.03	507,879.65	1,146,024.58	1,538,688.88	2,131,030.61		
4.2	Acompanhamento e avaliações dos PICs	360,200.00	580,719.00	359,067.47	548,036.40		17,267.74	359,067.47	565,304.14		
4.3	Prêmios de ingresso		331,685.00		125,957.00		1,057.64		127,014.64		
5	Comunicação	570,517.00	136,242.00	403,351.44	82,922.29	11,484.93	28,015.34	414,836.37	110,937.63		
6	Avaliação do Pograma	120,000.00		11,023.85		11,855.36		22,879.21	0.00		
7	Inspeção e Supervisão	50,000.00		2,500.00				2,500.00	0.00		
A	Subtotal	5,000,000.00	4,000,000.00	4,151,873.96	2,472,109.75	531,504.80	1,207,350.20	4,683,378.76	3,679,459.95		
B	Fundo Rotativo										
C	Total A + B	5,000,000.00	4,000,000.00	4,151,873.96	2,472,109.75	531,504.80	1,207,350.20	4,683,378.76	3,679,459.95		
D	Total (BID + Local)	9,000,000.00		6,623,983.71		1,738,855.00		8,362,838.71			
	Paripassu (A/D)*100	55.56	44.44	62.68	37.32	30.57	69.43	56.00	44.00		

ANNEX II

PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE EMPRÉSTIMO 1406/OC-BR

ATA DO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

1. O Seminário de Encerramento do Programa Diversidade na Universidade foi realizado no dia 10 de julho de 2008, em Brasília-DF, na sede do Conselho Nacional de Educação – CNE.
2. A Sessão de Abertura contou com a participação do Secretário André Lázaro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC; da Especialista do Setor Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Rita Sório, da Representante da UNESCO, Marilza Regattieri e do Diretor de Educação para a Diversidade – DEDI/SECAD, Armênio Schmidt, da Coordenadora Geral de Diversidade - SECAD, Leonor Franco de Araújo e dos técnicos da SECAD, além dos participantes convidados para o evento.
3. O Secretário André Lázaro destacou o papel do Programa Diversidade na Universidade na estruturação da temática no âmbito na agenda política da educação e que um dos objetivos principais do evento era o de realizar uma reflexão coletiva sobre o Programa na perspectiva de compreender o processo e destacar os seus ganhos.
4. A representante do BID ressaltou que a colaboração do BID na área educacional no Brasil vem desde os anos de 1960 e que o Banco tem interesse em continuar apoiando projetos governamentais nessa área no País, aportando conhecimentos e financiamento. Destacou ainda o caráter de exemplaridade do Programa e a sua capacidade de impulsionar esta temática na agenda pública e na agenda do Banco. Atualmente alguns países da América Latina como Equador, Colômbia e Paraguai começaram a colocar esta temática no setor público através de contratos de empréstimo. Segundo a especialista a importância que esse projeto alcançou dentro do Banco pode ser medida pela existência hoje no Banco de uma Divisão dedicada a temática da Diversidade. Em relação à execução do Programa pelo MEC a especialista mencionou a inflexão que o Programa sofre em 2005, com a criação da SECAD, o que foi um marco na sua implementação.
5. A especialista do BID destacou os resultados alcançados: i) alunos matriculados nos PICs acima dos parâmetros previstos: 11.000 alunos beneficiados: 77% negros ou indígenas (mínimo estimado em 51% sobre o total de alunos matriculados); ii) mais de 2.800 (26%) destes alunos ingressaram na universidade, superando o índice previsto de 20%; iii) ampliação da capacidade de manutenção dos alunos na Universidade através da premiação de 445 alunos que foram bem avaliados; iv) fortalecimento de 80 instituições no que se refere à gestão administrativa do Programa; v) formação de mais de 500 professores com conteúdos voltados para a revalorização da identidade étnico-racial; vi) 22 publicações; vii) criação de duas comissões assessoras; viii) criação de um portal de amplo acesso ao público; ix) implantação de 18 Fóruns Permanentes de diversidade étnico-racial; x) criação da

Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão na estrutura do MEC e apoio à criação da Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena.

6. Os efeitos diretos do programa foram Efeitos Diretos: a) expansão da participação de afrodescendentes na universidade; b) institucionalização destas ações afirmativas no MEC; c) institucionalização da participação dos movimentos sociais na formulação das políticas voltadas para a população alvo do Programa; d) reforço das experiências inovadoras de cursos realizadas pelos movimentos sociais. Os Efeitos Indiretos destacam-se o fortalecimento institucional, a institucionalização das estratégias de intervenção para redução da desigualdade étnica e racial na escola a nível dos sistemas nacional e estadual de ensino, a criação dos Fóruns Estaduais e das Comissões Estaduais de Diversidade nas Secretarias Estaduais de Educação, a inclusão das ações do Programa Diversidade no PPA de recursos do Tesouro em ações da diversidade e o fortalecimento das Ações Afirmativas no MEC.
7. Na questão das externalidades, ou seja aspectos, que não estavam previstos, o projeto contribuiu como organizador da estratégia de inclusão na educação das populações indígenas e afrodescendentes, atuando entre a exemplaridade e a formulação de políticas públicas; induziu novas estratégias de fortalecimento do ensino médio, visando à inclusão de afrodescendentes e indígenas na universidade, expressa na nova modalidade de PIC de nível médio; induziu a produção de dados e informações sobre as populações indígenas e afrodescendentes no âmbito do MEC; ampliou a capacidade das instituições contratadas de captação e gestão de recursos públicos.
8. Os aspectos positivos destacam-se a aproximação com os movimentos sociais e abertura de diálogo com diferentes grupos, a aproximação com as secretarias estaduais de educação a partir da criação dos Fóruns estaduais permanentes e as iniciativas de integração como com a Secretaria de Ensino Superior - SESU através do PROLIND e dos NEABS. Já os aspectos negativos decorrem da pouca visibilidade das propostas para a sociedade, a falta de um eixo estruturante que garantisse a complementariedade das ações, dificultando a transversalização das políticas e diretrizes, a dificuldade no cumprimento dos contratos pelas IOs em função de sua baixa capacidade administrativo-gerencial, a dificuldade para a execução em função de restrições orçamentárias e financeiras ficando o cumprimento das metas físicas (89%) aquém do cumprimento das metas financeiras (100%) e a baixa capacidade de avaliação dificultando o monitoramento dos resultados de processo e de impacto do Programa de forma consistente.
9. A sustentabilidade do programa é estimado com o seguinte: a perspectiva de novas formas de intervenção como os PICs de nível médio; a criação do Programa PROUNI; a parceria com o INEP; a integração com o PROLIND; a institucionalização dos Fóruns Estaduais Permanentes; a criação do Portal (<http://portal.mec.gov.br/secad/index.php>); a Lei 10.639; a institucionalização da CADARA; a criação da Comissão Assessora para Assuntos Indígenas, a institucionalização dos Fóruns Estaduais de PICs.
10. Nas recomendações o Banco destacou: Em relação ao desenho do Programa.
i) Transversalização da temática nas diferentes estruturas dos Ministérios ou organizações que os abrigam; ii) busca da sustentabilidade política das ações; iii) agenda de pesquisa que privilegie os estudos avaliativos capazes de provocar respostas a problemas previamente identificados. Em relação à Gestão do Programa e sua implementação e operacionalização.

iv) estabelecer previamente um modelo de gestão de forma que se possa monitorar e acompanhar os resultados; v) capacitação de gestores como componente estratégico a ser observado nos contratos; vi) na utilização da intermediação dos recursos através de agências que dificultam o processo de gestão e impedem o aprendizado organizacional das instituições, onerando e desestimulando a sua adesão ao Programa.

11. Em relação ao monitoramento e avaliação a recomendação é para: i) estabelecer a priori um marco zero, um sistema de supervisão e um modelo de avaliação consensuado entre as partes e implementado desde o início; ii) em caso da realização de novo contrato ou mesmo da continuidade destas ações pelo MEC recomenda-se, fortemente, que o material já levantado seja analisado e seja feita uma avaliação qualitativa dos resultados do Programa. Em relação aos Resultados. i) horizontes de tempo mais longos para a obtenção de resultados; ii) foco principal nas ações o fortalecimento institucional; iii) busca da adesão e participação dos movimentos sociais na formulação das políticas; iv) estabilidade das equipes para a continuidade das ações e v) divulgação dos resultados das experiências desenvolvidas visando a mobilização da sociedade em relação à temática e a consolidação das ações.
12. A representante da UNESCO, Marilza Regattieri, reconheceu o esforço de fortalecimento institucional de programas de combate à desigualdade educacional, apresentando dados de pesquisa que apontam para uma melhoria nas taxas de escolarização no período de 1999 a 2006, o que caracteriza segundo ela um avanço. Por outro lado sinaliza que as pesquisas também apontam a acentuação das diferenças inter-raciais, o que evidencia que a questão ainda é relevante e merece ser enfrentada com vigor. Em relação à implementação do Programa colocou as dificuldades de gerenciamento dos recursos pelas IOs e as tentativas no sentido de instrumentalizá-las e capacitá-las, como a criação de uma "Cartilha". Mesmo assim, algumas IOs não conseguiram gastar o recurso havendo devolução do mesmo. Destacou também as estratégias de acompanhamento como a contratação das IAs, importantes para o monitoramento das ações. Para a representante a Agenda que se evidencia na atual conjuntura aponta para: i) Necessidade de articulação de políticas internas no MEC; ii) Subsídios para formação de professores; iii) Workshops como estratégia de implantação das diretrizes curriculares; iv) Continuidade das ações para institucionalização da Lei 10.639/07 e 11.645/08, esta última referente à questão indígena.
13. O Secretário na sua intervenção na mesa inicial destacou a dimensão estrutural da desigualdade, fazendo referência às pesquisas do Pesquisador Ricardo Henriques, que o antecedeu na Secretaria onde ele chama a atenção para o componente étnico-racial na desigualdade no campo da educação e a complexidade social do problema. Nesta perspectiva, considera que o Programa foi um "estandarte" desta questão, mostrando que há uma luta a ser travada, e a necessidade de se buscar novos caminhos no sentido de elucidar esta problemática. Segundo ele a agenda da SECAD não prescinde dos movimentos sociais. Colocou como novas conquistas no campo das Ações Afirmativas o estabelecimento de uma política de cotas para os CEFETs. Em relação à implementação do Programa mencionou a dificuldade e fragilidade das IOs para gerenciar o recurso público o que, segundo ele, evidencia um erro no desenho do Programa que transfere a responsabilidade gerencial dos recursos a estas instituições sem dar a elas condições de fazê-lo. Ressalta ainda que o custo em garantir o desempenho gerencial acabou por impedir que a atividade finalística fosse potencializada. Quanto ao material produzido lembrou que é importante a sua apropriação pelas escolas e que isto vai depender da forma de articulação com os estados e municípios.

Ainda segundo ele, não adianta produzir livros e colocá-los na rua, pois, se a escola não for o sujeito desta demanda, ela não vai se apropriar dela. Destaca sua posição pessoal de não investir em cursos pré-vestibular, já que eles são apenas a evidencia de problemas do sistema de ensino e que a questão principal é acabar com o vestibular e fortalecer o sistema de ensino. André Lázaro anuncia uma nova política que vem sendo trabalhado no Ministério, o Pró-Jovem, voltada para os jovens que estão fora da escola. O projeto ainda não está concluído e pressupõe uma ação mais abrangente e a instituição de bolsas para manutenção dos jovens na escola. Quanto aos desdobramentos do Programa Diversidade, afirma que existe o compromisso de apoiar as instituições parceiras na conclusão dos projetos e que embora a parceria formal termine, não terminam as ações neste campo.

14. Na sequência a mesa de abertura a coordenadora Geral de Diversidade, Leonor Franco, destacou que o programa permitiu, a articulação interna no MEC com a criação de um Grupo de Trabalho com a Secretaria de Educação Básica para discussão das questões de Diversidade. Reconhece a necessidade de aprofundar uma pauta com o ensino fundamental e médio no sentido de enfrentar as desigualdades no campo da educação. Chamou a atenção para o fato de que os pré-vestibulares populares vão além de preparar o aluno para o vestibular. Eles são um instrumento de resgate dos jovens que estão fora da escola e um modelo de formação para a cidadania através do aumento da escolaridade. Segundo ela, o ponto final não é o vestibular, mas a qualificação do jovem e preparo para seu desenvolvimento. Para a gestora, os PICs de nível médio não apresentaram bons resultados o que o fragilizou esta ação dentro do Diversidade. No âmbito das lições aprendidas destaca para a necessidade de: i) qualificação dos gestores dos movimentos sociais; ii) fortalecimento dos fóruns estaduais de forma que eles sejam instrumentos que formulem e viabilizem as políticas públicas; iii) implantação da Lei 10.639 através dos fóruns estaduais. Ainda na opinião da gestora os fóruns se instalaram, mas não se institucionalizaram de fato. Quanto à avaliação do Programa relata dificuldade de profissionais especializados. Em relação à avaliação dos alunos relatou dificuldades em função da mobilidade dos mesmos, sendo o registro feito pelo número de bolsas concedidos, o que impedia verificar a permanência do aluno. Para este ano coloca que a proposta é republicar a série de livros produzidos e aumentar a tiragem dos novos. Um foco especial está sendo dado aos quilombolas com pesquisas voltadas para esta temática. Sobre a continuidade do Programa afirmou que a Coordenação de Diversidade continua e que se pretende que as ações estejam em todas as secretarias do MEC, o que deve ser feito através da SEB, através da formação de professores sobre a temática da Diversidade.
15. Para concluir a mesa da manhã, os técnicos da SECAD Bárbara Rosa e John apresentaram o desempenho do Componente I - Fortalecimento Institucional. Relataram, avanços tanto em relação ao fortalecimento institucional do Programa no MEC quanto em relação à formalização das parcerias. CADARA hoje é indutora deste processo no MEC. Bárbara Rosa destacou que em 2006 foi elaborado um guia de Programas sobre o Diversidade onde se procurou trabalhar a questão racial nos programas do MEC. O trabalho ainda não foi finalizado e conta com a participação de representantes da CADARA. Em relação aos Fóruns afirma que os mesmos não têm uma estrutura operacional, sendo que apenas o Paraná está mais organizado. Aponta para a necessidade de se repensar as estratégias deste componente e comenta a falta de estruturação da equipe no MEC, o que comprometeu os resultados. O técnico John complementa a fala do grupo de fortalecimento institucional, chamando a atenção para as seguintes questões em relação aos Fóruns Permanentes: i) apesar de não ter cumprido as

metas, a mobilização dos fóruns gerou uma série de atividades em todo o país; ii) um exemplo positivo é o fórum de Alagoas que, depois de sediar o Fórum regional, a SEE buscou parcerias e vem atuando na região e também no âmbito nacional e até internacional; iii) os Fóruns abriram um diálogo maior nas SEE que vêm permitindo o desenvolvimento de ações no campo da inclusão educacional; iv) os Fóruns não caminharam mais porque não foram demandados, não houve um monitoramento por parte do MEC; v) os "diálogos" realizados em 6 estados possibilitaram a retomada dos fóruns e contribuíram para sua institucionalização; vi) os CEFETs ligados à SETEC passaram a ter assento nos Fóruns; vii) estão trabalhando com a perspectiva de atuar também a nível estadual, promovendo o "diálogo" gestor e sociedade civil.

16. Para a apresentação do Componente II - Estudos e Pesquisa, a técnica da SECAD, Maria Lúcia Braga, fez um resgate da produção do Programa na área e que havia desde o início um demanda por mais estudos e pesquisas que fortalecessem a discussão do racismo na escola e que pudessem subsidiar as políticas públicas neste campo. O material anteriormente produzido *Calunga e Superando o Racismo* esgotado foi imediatamente resgatado e republicado com grande demanda e distribuição. De início foram realizadas 15 pesquisas que abrangiam todas as unidades da federação e que resultaram em publicações. Também o resultado dos debates e conclusões dos Fóruns, que foram considerados espaços privilegiados de reflexão sobre a temática, resultaram em uma publicação com 10 mil exemplares distribuídos. Foram produzidos também material instrucional e didático que, em função da transição de governo, não foi possível fazer a capacitação dos professores. Embora não tenha sido possível medir o impacto desta produção é possível considerar que houve uma grande aceitação se levarmos em conta a demanda sempre crescente. Foram distribuídos 1,2 milhão de exemplares das diretrizes curriculares.
17. Na parte da tarde, a técnica Magda Fernandes, abordou o Componente III - Acesso e permanência de afro-brasileiros(as) e indígenas na educação: caminhos abertos pelo Programa Diversidade na Universidade. Após apresentar uma análise dos resultados destacou que a falta de estrutura atual do Programa impedia uma reflexão maior sobre seus resultados e fez algumas considerações sintetizadas abaixo: i) o Componente III que tinha como objetivo o apoio financeiro a cursos preparatórios para o vestibular segundo a técnica absorviam 66% dos recursos do Programa que eram geridos pelas Instituições Operadoras, em sua maioria movimentos comunitários negros; ii) as IOs tinham que lidar com 3 burocracias diferentes (MEC, BID e UNESCO) e, portanto não se pode imputar as dificuldades operacionais apenas à fragilidade das instituições contratadas, pois a dinâmica de compatibilização das diferentes exigências de cada um destes órgãos, por si só, já comprometiam a sua execução; iii) houve deslocamento do foco dos PICs que em sua essência se propõe a ser um mecanismo de reforço do ensino médio possibilitando a inclusão na Universidade e que passam a ser analisados com o foco no vestibular; iv) considerando o caráter experimental do Programa e o seu objetivo maior que era coletar subsídios para a formulação de políticas é um equívoco buscar avaliá-lo numa perspectiva quantitativa; v) A lógica de acompanhamento do pré-vestibular difere da lógica de acompanhamento do ensino e, portanto, os indicadores de monitoramento e avaliação do desempenho dos alunos não podem ser os mesmos.
18. A debatedora, que também realizou a Avaliação Externa, Maria Lúcia Cardoso, destacou alguns pontos críticos no desenho do programa: i) o curto tempo em função da dimensão que ele pretendia enfocar; ii) a dificuldade de gestão conjunta MEC, BID, UNESCO; iii) apoio as

IOs que operam em lógicas diferentes; iv) equipe; v) sistema de monitoramento e avaliação sem uma linha de base. A debatedora destacou que apesar de todos os problemas o Programa produziu dados e trabalhou com algumas informações. A equipe estava sempre refletindo sobre o trabalho e redirecionando-o, mobilizando-se diante da realidade encontrada e criando novas estratégias de fortalecimento. Em relação aos PICs é importante aperfeiçoar a proposta e discutir os conteúdos a serem trabalhados considerando o perfil da população que é atendida à luz da política de ensino médio e o uso do Programa como estratégia de ingresso não apenas à Universidade, mas ao mercado de trabalho. Para a debatedora o PROLIND teve papel fundamental para o Programa, na medida em que vem consolidar uma política educacional indígena. Da mesma forma as Comissões CADARA e CNEI, contribuíram para inserir esta temática no MEC e abrir o diálogo com a FUNAI, no caso da CNEI. Já os Fóruns permitiram que se discutisse a educação racial no Brasil com aproximadamente 8.000 pessoas. Pode-se considerar como um êxito do Programa a área de pesquisa e publicações que possibilitou que a SECAD instituisse uma linha editorial que tem atualmente 31 livros publicados.

19. Na parte final do evento foram apresentados os relatos e as experiências bem-sucedidas desenvolvidas no âmbito do Programa Diversidade na Universidade. Alexandre Nascimento, representando a CADARA - Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Relacionados aos Afrodescendentes -, fez uma retrospectiva da discussão sobre o acesso à Universidade no MEC., que segundo ele começa em 1999 após a Conferência de Durban com a discussão sobre o apoio a cursos pré-vestibulares como uma forma de se contrapor aos movimentos populares que reivindicavam a criação de cotas para negros na Universidade. Segundo ele, em 2002 continuou-se este debate e surgiram os primeiros projetos pilotos. A idéia dos PICs não agradava, mas era uma forma de facilitar o acesso à Universidade. Em 2004 ocorrem mudanças substanciais no Programa onde se discutiram políticas públicas e o ensino de nível médio para este segmento excluído. O movimento estava dividido em relação a apoiar esta iniciativa aproveitando-a como uma Ação Afirmativa. Quanto à fragilidade das IOs ele ressalta que a debilidade está no Programa e não nas instituições que o operam. É preciso repensar o modelo do Programa e não dizer que é falta de capacidade gerencial das unidades. Propostas de desdobramento na sua visão seriam: i) manutenção dos projetos; ii) incentivo ao nível médio; iii) apoio aos Projetos dos movimentos sociais; iv) reforço ao componente PIC. Para o representante da CADARA, o caráter inovador dos cursos está no que o Projeto expressa e não na modalidade de ensino. Para ele, este tipo de pré-vestibular, na verdade questiona o próprio vestibular. Ele coloca que é preciso continuar a experiência que terá reflexos no ensino em geral e que de fato produz acesso.
20. No depoimento sobre a execução de práticas pedagógicas, o padre Edécio Ottaviani, da PUC-SP, apresentou a proposta do pré-vestibular da PUC-SP, que envolve os professores e alunos da Universidade. A experiência busca integrar o Projeto com uma estratégia pedagógica que envolve as licenciaturas ministradas nos cursos da universidade e que os professores foram desafiados a pensar em algo inovador para essa população. Destacou que o programa busca a captação de recursos para se manter e que por problemas nos procedimentos da SECAD não conseguiu que a experiência fosse apoiada.
21. Na última parte desse tópico, Jacira Reis, consultora independente destacou uma experiência de execução no acompanhamento e avaliação do PIC Motivação-RS. A consultora resumiu as principais atividades desenvolvidas na instituição operadora que acompanhou e fez menção

aos problemas gerados pela sua insuficiência de entendimento da lógica do programa e sua conseqüente dificuldade em apreender as fragilidades daquela execução. Além disso, teceu crítica a concepção de acompanhamento e avaliação, proposta pelo MEC, cuja preocupação se voltou excessivamente para a agilidade administrativo-financeira em detrimento da identificação e correção de erros e distorções das questões pedagógicas. Por fim, Rosilene Passos, apresentou o olhar de um aluno egresso de PIC premiado e aprovado em curso superior. Ela mesma destacou o seu papel de líder comunitária que coordena uma organização que trabalha com os potenciais beneficiários da ação do projeto e que a partir da sua experiência contou como conseguiu entrar para uma universidade e concluir o curso de administração. Destacou as dificuldades de manter as pessoas mobilizadas nos PICs e mesmo também quando do ingresso na universidade a discriminação sofrida pela condição de ter ascendido como beneficiária de uma política de promoção da diversidade.

22. Na parte final do evento foi dedicada ao lançamento de livros tratando da temática da diversidade.
23. O Seminário contou com a participação de 25 pessoas, das equipes da UGP do projeto na SECAD/MEC, representantes dos Projetos Inovadores de Cursos – PICs, pesquisadores sobre a temática da diversidade e representantes do BID e da Unesco.
24. O Ministério da Educação, por meio da SECAD, concorda com a divulgação das informações contidas no Relatório de Término do Programa Diversidade na Universidade, manifestando expressamente sua não objeção à publicação do documento.

Anexos:

Anexo 1 – Quadro consolidado de Resultados do Seminário

Anexo 2 – Programação do Seminário


Anexo 3 – Lista de participantes

André Luiz Figueiredo Lázaro _____
Secretário da SECAD/MEC
(original firmado)

Rita Elizabeth Sório _____
Especialista do Setor Social - BID
(original firmado)

ANNEX III

Lições Aprendidas

	Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Departamento de Educação Para a Diversidade Coordenação Geral de Diversidade
Quadro consolidado com as lições aprendidas e recomendações futuras, apontando as ameaças e pontos fracos que deverão ser neutralizados; as oportunidades e os pontos fortes que deverão ser reforçados; e por fim as recomendações futuras para aprimoramento e implementação de novas políticas	

Lições Aprendidas		Recomendações Futuras
Pontos positivos	Pontos negativos	
A realização de encontros periódicos entre os pesquisadores e equipe de gestores do Programa Diversidade na Universidade para intercâmbio de informações coletadas e metodologias utilizadas.	Promover atividades e/ou intercâmbios de informações que permitam aos atores envolvidos (gestores, pesquisadores e executores) um amplo conhecimento das ações realizadas.	A não articulação entre as diversas ações implementadas pelo Programa Diversidade na Universidade. Ex: Intercâmbios entre os PICs e os estudos e pesquisas realizados.
Disponibilidade e comprometimento no acompanhamento da execução pela equipe do Programa da segunda fase (elaboração do relatório parcial até o final).	Que haja um acompanhamento direto e indireto da execução e disponibilidade da equipe para resposta a informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho pelos pesquisadores em todas as fases.	Na primeira fase de execução, os pesquisadores tiveram dificuldades para acessar a equipe e receber retorno de informações solicitadas.
Atendimento aos procedimentos legais para correta execução do Programa;	A disponibilidade de recursos para deslocamento e pagamentos de despesas necessárias a execução das pesquisas tão logo seja assinado o contrato com os pesquisadores.	Atraso no repasse da primeira parcela de recursos, o que provocou um atraso na execução.
Efetiva participação e acompanhamento sistemático pelas autoridades competentes do Programa.	Ampliar o âmbito de ação das ações envolvendo diversos órgãos governamentais tais como MEC/ Minc e Fundação Palmares e Seppir.	A não articulação com ações afirmativas desenvolvidas por outros órgãos governamentais que poderiam somar ao Programa.
O envolvimento com a sociedade civil, NOTA 1000.	Os programas precisam de dinheiro para se desenvolver, mas não é só isto, há necessidade de acompanhamento de suas políticas.	Burocracia não atendida ou mal entendida para prestação de contas, apesar de ter havido a preocupação do MEC/Secad/UNESCO em

		promover oficina de Prestação de contas, muito boa.
O trabalho com a Lei 10639/2003 propiciado pelo Programa, o qual avançou por fóruns, PICs, gestores, docentes, Educação Básica (Fundamental e Médio). Neste aspecto o Programa foi além dos pressupostos. Onde teve PIC, a Lei 10639 esteve presente.	Mais momentos de feed-back das ações. Cada técnico que retorna de missão precisa dizer ao grupo o que está se passando.	Finalização do programa sem nenhum tipo de transição planejada, como se terminasse a comida e o dono da casa não providenciasse mais nada para alimentar a família. No caso dos PICs, os projetos, hoje, ainda pensam que são PICs e como aprenderam bem a lição com outros que existiam, estão promovendo oficinas, visitando uns aos outros para troca de experiências. O final do Programa foi degradante. Inclusive houve uma falta de diálogo com os técnicos e consultores, os quais foram convidados a fechar os pertences e se retirar. Pedagogicamente e humanamente chocante, sem qualquer tipo de avaliação, uma anomalia de gestão.
A edição de livros (Distribuição de Kit de material didático) com articulação de parcerias com a Fundação Cultural palmares, SEPIR, Ministério da Justiça, TV FUTURA, Fundação Roberto Marinho, INEP, A satisfação dos beneficiários dos PICs, dos gestores e docentes com as edições (todos e todas querem livros da Secad) Processo contínuo.	Cada projeto deve ter a mesma faixa de verba para trabalhar. Maior autonomia para investir no que realmente a entidade precisa para dar andamento ao trabalho, respeitados os percentuais para bolsa auxílio aos alunos. Qualquer programa que tem bolsa é um grande benefício.	Levantamos tantos subsídios para o Ensino Médio e não teve esta passagem de levar as políticas para o Ensino Médio, sem programa estabelecido, pós o Diversidade.
A expansão dos objetivos do Programa que provocaram outros semelhantes nos municípios e estados, tais como coordenações sobre o assunto, secretarias, cursos pré-vestibulares, aproveitamento de docentes dos PIC para ajudar órgãos oficiais na implementação da Lei 10639/2003.	Os fóruns permanentes precisam de acompanhamento, de técnicos que visitem as bases, senão o trabalho corre o risco de se tornar politicagem, de se transformar em interesses partidários, como se a educação da população negra fosse propriedade de partidos políticos.	O absurdo: uma secretaria desenvolver suas atividades com o único orçamento de um programa. Terminou o programa e a impressão que passaram é que a SECAD não poderia fazer mais nada. Cadê pessoal, nem apoio nem nada.
Oficina de Prestação de contas para gestores de projetos.	Pelo menos atender os 30 projetos que ainda pensam que são PICs, levando orientação em oficina pedagógica, visitas, enfim, garantindo que a coisa não existe somente pelo dinheiro, pois dos 67	Abalo emocional na equipe do PIC: suicídio de um técnico no decorrer do programa.

	selecionados, muitos que não ganharam dinheiro, estão trabalhando, Encaminhar suporte didático, livros, trocar experiências educacionais, as quais se configurariam como o que ficou pós programa.	
<p>As oficinas Pedagógicas e as experiências delas oriundas, bem como a mobilização de público, além dos PICs e o aproveitamento de técnicos especializados em relações étnico-raciais que foram chamados para colaborar com o programa.</p> <p>Os cursos on-line apoiados pelo Programa</p>	<p>Formatar um novo programa de apoio ao Ensino Médio, começar com polos de atendimento para professores e para alunos. Como os pólos que existem de inclusão digital. Em determinado município, monta uma sede, toda equipada com biblioteca, mesas, cadeiras, material áudio-visual e ali atende x professores e x alunos oriundos do Ensino Médio, acompanha os resultados . O pólo funcionaria manhã, tarde e noite para poder atender os estudantes de turno inverso.</p> <p>Os pólos de apoio aos estudantes e professores teriam o objetivo de formação de professores, fortalecer a mobilização dos estudantes negros, socialmente, preparando-os para o ensino superior, Cefets, concursos, seria uma.</p> <p>Casa Afro de Apoio Educacional. de Estudantes e Professores do Ensino Médio Vamos pensar em algo semelhante? Envolveria Arte-Educação, Inclusão digital, Ouvidoria das disciplinas do Ensino Médio e Relações étnico-raciais, uma disciplina que implicaria em programa de cidadania, cultura e história africana e afro-brasileira, orientações sobre opção de carreiras no Ensino Superior. Começaria com cinco casa piloto, uma em cada região brasileira. Teria que desenvolver o projeto, assim como tem o Observatório da Favela, no Complexo da Maré. Inclusive com pesquisas feitas por pesquisadores populares que seriam os estudantes.. Uma das coisas que vem dando certo são os pontos de Cultura. Então, baseada nesta experiência é que se pode pensar em pontos alternativos de Educação anti-racista. Uma vez por mês, os estudantes multiplicariam</p>	<p>Não pagamento dos prêmios aos alunos.</p>

	<p>nas suas escolas, algum tipo de atividade realizada no pólo. É pedir pouco, enquanto outras etnias ganharam terras, desejamos apenas pólos educacionais, alternativos à escola formal.. Pode ser transportado também para Oca indígena de apoio Educacional, Tenda Cigana de Apoio Educacional, etc.. É um sonho, mas tem tanto dinheiro jogado no lixo que a gente se atreve a ver se algum sonho se transforma em realidade.</p> <p>Outra idéia seria um programa de acompanhamento sistemático da aplicação da Lei 10369 nas escolas de Ensino Médio, com respaldo para jornadas pedagógicas no município, nos estados e nacional, em todos os lugares com amostragem de resultados, após um período de execução do Programa. Não existe Programa sistematizado para acompanhamento da Lei. Está aí, jogada ao vento. Inclusive tenho a formatação de acompanhamento sistemático, posso colaborar com os programadores.</p> <p>A CADARA deverá pensar com a Secad e UNESCO, um novo programa em que sejam contempladas as políticas cujos insumos foram levantados durante o Programa, para não ficar trabalho perdido nos documentos engavetados.</p>	
Os Encontros Estaduais de PIC como momento de avaliação, troca de experiências, ganho de saber, esclarecimento de dúvidas, exposição de satisfações e angústias, embasamento de políticas para a Educação Básica e Ensino Superior. Muitas sugestões.	<p>A continuidade das publicações ou reedição do que está em falta. Foram excelentes.</p> <p>Livros para os estudantes do Ensino Fundamental</p>	
As pesquisas acadêmicas realizadas.	Reedição dos filmes em DVD, estão em falta.	
Os produtos solicitados pela UNESCO.		
O trabalho das coordenações, o companheirismo de colegas da equipe, a presença da UNESCO com a		

Jane e Marilza que acompanharam encontros, oficinas, reuniões.		
O trabalho remunerado dos oficineiros porque a maioria de técnicos e especialistas do Movimento negro ou não, já fez muita atividade de graça na área de diversidade étnico-racial e educação mas teve o trabalho valorizado pelo Programa.		
Todas as leituras que se fez para conhecimento do Programa, envolvendo Marco lógico, orçamento, atribuições dos envolvidos, objetivos de cada componente.		
O seminário de Ensino Médio, quando o Programa ainda era da SEMTEC.		
A oficina de sensibilização institucional, quando o Programa ainda era na SEMTEC.		
Toda aprendizagem para execução do Programa desde os projetos pilotos, seleção dos projetos, notas técnicas de acompanhamento.		
O PDU, através dos PICs, oportunizou o envolvimento com a sociedade pelo desdobramento de outras ações tais como: parcerias com escolas e órgãos gestores (SMEs), para realização de oficinas e reuniões pedagógicas com professores, possibilitando a divulgação, discussão para implementação da Lei 10.639/2003.	Agilizar o processo de assinatura dos Contratos e a liberação dos recursos para garantir o funcionamento eficiente do Projeto desde o seu início.	Demora na assinatura do Contrato que acarretou dificuldades no gerenciamento inicial do Projeto e fragilizou a situação financeira da Instituição Operadora durante os meses em que desenvolveu o trabalho sem os recursos adicionais previstos.
Expansão dos objetivos do Programa e suas ações, que em alguns locais provocaram a multiplicação de projetos semelhantes. Por exemplo, em Pelotas/Rs, a Instituição Operadora do PIC-Motivação, em convênio com a Prefeitura Municipal/Secretaria de Projetos Especiais/SME, instituiu cursos Pré-Vestibulares na periferia, com inspiração na organização dos PICs.	Pensar uma estratégia de liberação dos recursos que evite o atraso e/ou interrupção no repasse das Bolsas de Manutenção. Talvez numa única parcela, dando mais autonomia para que a IO, gerencie os recursos por rubricas específicas.	Atraso no repasse da primeira parcela de recursos. Dificultou a produção e aquisição de materiais e recursos didáticos e o repasse das Bolsas de Manutenção, gerando impaciência, descrédito e desconfiança sobre a lisura no gerenciamento financeiro inicial do Projeto.
Mobilização da comunidade através das atividades complementares de formação social e cultural.	Concentrar mais esforços no treinamento, acompanhamento e monitoramento da equipe do PIC,	Dificuldades na prestação de contas referentes à primeira parcela recebida pelos PICs e,

Esforço da Equipe Coordenadora dos PICs no acompanhamento e assessoramento das IAAs, ainda que de forma indireta devido à restrição das reuniões periódicas.	responsável pelas atividades de prestação de contas e relatórios, para promover a eficiência do processo no que se refere à correção no preenchimento dos documentos.	posteriormente, na solução das pendências apontadas pelo setor financeiro da UNESCO.
Publicação de pesquisas que resultaram em mais subsídios acessíveis aos professores e alunos.	Custeio de projetos de pesquisa que tenham por objetivo o acompanhamento dos alunos aprovados egressos dos PICs em todas as regiões contempladas pelos Projetos Inovadores de Cursos.	Não previsão de continuidade do acompanhamento da vida acadêmica dos alunos aprovados nos Vestibulares (permanência e sucesso escolar).
Oficinas Pedagógicas "Educação e Racismo" e Oficinas de Prestação de Contas.	Garantir o gerenciamento mais eficaz dos recursos para a realização de todas as atividades previstas no Programa, investindo em oficinas pedagógicas, promoção de cursos e ampliação dos recursos didáticos para aprimoramento da prática docente, do gerenciamento administrativo e o aprofundamento teórico-prático sobre o tema das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira, bem como estratégias de combate ao racismo na escola e na sociedade.	Não pagamento dos prêmios e cancelamento das reuniões entre a Equipe de Coordenação e as IAAs, bem como das Oficinas Pedagógicas e Encontros Regionais, durante o processo de acompanhamento do Projeto.
Distribuição do Kit Didático com apoio de diversas instituições, tais como: SEPIR, Fundação Palmares, entre outras.	Repensar o processo de aplicação das provas, de modo a garantir que elas possam ser utilizadas como instrumentos de diagnóstico para o planejamento dos professores e de avaliação/recuperação da aprendizagem para os alunos.	Realização da 1ª prova 2 meses após o início do Projeto e aplicação da 2ª prova após o término do mesmo e depois da realização dos vestibulares na região, gerou alto índice de abstenção nesta prova.
Riqueza do material constante dos Kits: livros, jogos didáticos, fitas, DVDs e outros, que oportunizaram as IOs qualificarem seus acervos bibliográficos e de recursos.		
Possibilidade dos alunos avaliarem o processo pedagógico desenvolvido no PICs, através de instrumento de coleta de dados sobre o Kit Didático e seu uso nos cursos.	Pensar estratégia e instrumento de avaliação periódica que permita ouvir os alunos, professores e responsáveis pelo acompanhamento sobre o processo que estão vivenciando como participantes do PIC. A investigação sobre o conjunto das relações sociais vividas pelo grupo permitiria aos gerenciadores do Programa identificar experiências, iniciativas bem sucedidas e potencializar ações ainda não desenvolvidas.	Avaliação do desenvolvimento do PDU e dos PICs somente ao final do processo. Em decorrência da restrição às reuniões periódicas com a equipe coordenadora o trabalho de acompanhamento e avaliação ficou mais restrito à parte burocrática de envio dos Relatórios Mensais informativos sobre o desempenho dos PICs, sem muita possibilidade de ingerência numa avaliação mais quantitativa do próprio

		PDU.
	Agilizar o processo de coleta dos dados sobre o perfil sócio-econômico dos alunos, com aplicação do instrumento de coleta pelos próprios responsáveis pelo gerenciamento e/ou acompanhamento dos Projetos de modo que haja otimização dos recursos evitando gastos desnecessários como, por exemplo, a multiplicação dos questionários sócio-econômicos dos alunos que não foram aplicados pelas IAAs, bem como para que os professores e a equipe responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do Projeto tenham esses dados em tempo hábil para repensar e ou reforçar suas ações pedagógicas em benefício dos alunos.	Morosidade, no retorno dos dados do questionário sócio-econômico e dos resultados do desempenho nas provas, pela empresa contratada pelo MEC, para realização deste trabalho. Esta demora interferiu na eficiência e eficácia da prova como instrumento pedagógico no processo de planejamento dos professores e para aprendizagem dos alunos. Este atraso inviabilizou o conhecimento prévio do perfil dos alunos quanto a elementos importantes para o acompanhamento e planejamento de ações visando o atendimento de suas necessidades e expectativas. Além disso, o fato dos dados terem sido repassados em forma bruta, sem nenhuma sistematização a não ser o registro das respostas dadas ao questionário, dificultou a análise.
	Fomentar ações que envolvam as Instituições de Ensino Superior no sentido de reservar vagas aos alunos egressos dos PICs e ofertar cursos de Especialização sobre a temática étnico-racial e Lei 10.639/2003.	Dificuldades de estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino Superior no sentido de integração com o ProUni e/ou reserva de vagas para os alunos do PIC, aprovados nos vestibulares.
	Considerando que a garantia de uma política eficaz e sustentável de combate à exclusão não pode se reduzir ao caráter compensatório de suprimento imediato de suas carências materiais, recomenda-se: 1. Oferecer e intensificar o suporte pedagógico e acompanhamento direto dos novos PICs selecionados e em desenvolvimento no ano de 2008. 2. Implementar novo(s) Programas que: a. Fortaleçam a formação continuada de professores, através de convênios com as Universidades (em especial as privadas) para que ofereçam os cursos	Término do PDU e o redirecionamento dos Projetos Inovadores de Cursos (PICs) sem envolvimento das Instituições de Avaliação e Acompanhamento no processo de avaliação (se é que houve); o que causou surpresa pelo desconhecimento dos motivos de tal decisão uma vez que os PICs, de modo geral, atingiram os objetivos a que se propunham os Projetos, dentro do PDU e se caracterizaram como política pública eficiente, eficaz e de considerável impacto social evidenciados pelos tantos aspectos positivos destacados.

	<p>sem ônus para os professores.</p> <p>b. Promovam articulação com o Ensino Médio através de centrais de atendimento a alunos que pretendem prestar vestibular subsidiando as escolas públicas - que apresentarem projetos - através de recursos específicos e materiais pedagógicos a exemplo do que era feito com os PICs. Penso que esta política resultaria numa melhoria da qualidade do Ensino Médio e desmistificaria a representação de que a possibilidade de ingresso no Ensino Superior é diretamente proporcional à frequência de um curso Pré-Vestibular.</p> <p>c. Incentivem o desenvolvimento de pesquisas que tenham por objeto e objetivo o acompanhamento de alunos afro-descendentes e indígenas, nas suas trajetórias acadêmicas, não só com relação ao desempenho cognitivo, mas igualmente, quanto às relações sociais estabelecidas na e com a academia.</p> <p>d. Possibilitem o acompanhamento da implementação da Lei 10.639/2003, nas escolas, através da realização de Oficinas, Jornadas Pedagógicas, incentivo ao desenvolvimento de Projetos Interdisciplinares e avaliação periódica dos resultados destas ações.</p> <p>e. Otimizem re-edição de publicações esgotadas (em especial as Diretrizes para Implementação da Lei 10.639/2003) para distribuição nas Coordenadorias de Ensino, Secretarias Municipais e, se possível, Bibliotecas de Escolas, pelo menos para aquelas</p>	
--	--	--

	que desenvolvem projetos voltados para a discussão étnico-racial.	
Estudos, análise e documentos produzidos.	Continuação deste estudo de forma sistemática.	A seqüência deste estudo anos seguintes.
Formação de uma equipe especialista no assunto.	Formação /informação documentos e resumo repassados a estes órgãos dos que de educação se valendo dos instrumentos de conhecimentos do programa.	A falta de profissionais nas escolas de ensino fundamental /médio /universidade/faculdades do conhecimento da causa e entendimento.
Inclusão das classes menos favorecidas na universidade.	Maiores investimentos físico/financeiro.	Processo inclusório % pouco em relação a demanda
Construção de sociedade mais justa e fraterna.	Melhorar na articulação e informação sobre as políticas públicas de ensino superior das classes menos favorecidas e o impacto que isso gera ao país em termos quantitativo/ qualitativo.	A resistência de grande parte da sociedade organizada e civil em entender e interagir com a construção de forma Participativa ,efetiva nos processos de políticas educacional de classes menos favorecidas
Quanto à avaliação da execução físico-financeira do Programa, compreendo que procedimentos legais foram atendidos		Ocorreram atrasos na execução das pesquisas em função da demora na liberação da primeira parcela de recursos destinada a cada pesquisador, uma vez que esses recursos deveriam cobrir também as despesas com viagens necessárias a realização dos estudos.
No período de realização das pesquisas propostas, o programa promoveu alguns encontros entre os pesquisadores envolvidos para apresentação da metodologia e aportes teóricos utilizados por cada um, e dos resultados parciais e finais das pesquisas. Esses encontros foram fundamentais para o intercâmbio de informações entre os pesquisadores e conhecimento de particularidades regionais e das metodologias de pesquisa utilizadas.	No entanto, acredito que uma maior articulação entre os resultados dos estudos realizados e as práticas pedagógicas inclusivas poderia ter acontecido logo após a realização dos estudos, através de contato e diálogo com gestores de municípios nos quais estão sediadas as comunidades quilombolas. Principalmente as atividades de formação continuada envolvendo professores e gestores na implementação da Lei 10.639/03. Muitas vezes, os gestores desconhecem a possibilidade de acesso à recursos destinados a capacitação de professores e aquisição de material didático através execução de projetos e convênios com o FNDE.	No entanto, a definição de parâmetros comuns para análise dos dados em cada um dos temas pesquisados, durante estes encontros realizados no período de execução dos estudos poderia contribuir que fosse elaborado um relatório consolidado geral por tema.
O programa possibilitou a maior visibilidade e		A falta de técnicos prejudicou bastante o

<p>mobilidade já ocorrida em termos de trabalho sistemático com as questões étnico-raciais e Educação, em tão pouco espaço de tempo, envolvendo universidades, sociedade civil e a Secad.</p>		<p>acompanhamento do programa em todas as áreas. Como a burocracia do programa era intensa, havia necessidade de um maior contingente de pessoal, para acompanhamento de resultados, correção de desvios, realimentação de processos, de forma mais direta.</p>
<p>O Programa Diversidade na Universidade teve uma abrangência numérica de beneficiários, para além do seu público alvo direto, o que ocorre até hoje, na questão de circulação de material didático; formação de professores dos projetos inovadores de curso que ainda continuam e geralmente aberta a gestores , professores e universitários dos municípios, atuando na Educação Básica (Fundamental e Médio). Responsável pelo levantamento de histórico da população negra em municípios brasileiros que não possuíam tais dados. Trouxe de rescaldo a implementação da Lei 10639/2003. O programa foi criado antes da Lei, mas viveu para servi-la.</p>		<p>Quanto à Estrutura do Programa Diversidade na Universidade o critério capacidade de atendimento aos objetivos deixou a desejar uma vez que alguns prazos não foram cumpridos (atrasos no repasse de recursos) e algumas ações não foram realizadas (pagamento de prêmios e alguns Encontros Regionais), sob a justificativa de que não havia recursos suficientes.</p> <p>Com relação ao Suporte Técnico, o não desenvolvimento, previsto, de mais Oficinas Pedagógicas e Encontros Regionais, bem como de encontros periódicos para assessoramento mais sistemático das IAAs, sob a mesma justificativa da insuficiência de recursos, de certa forma, diminuiu a eficiência do acompanhamento direto da execução do Programa.</p> <p>No que se refere à Capacidade de execução administrativo-financeira a eficiência ficou prejudicada pelo não pagamento dos prêmios e pelo atraso no repasse dos recursos, e a não realização de outras atividades previstas, conforme já salientado anteriormente.</p>

O Apoio Institucional, considerando-se o exposto com relação ao Suporte Técnico, foi positivo quanto ao acompanhamento indireto.		Mas com dificuldades de manter a mesma eficiência e eficácia no acompanhamento direto. Aqui se percebeu certo descompasso na relação entre os órgãos executores especialmente no que se refere a parte administrativo-financeira e, supõe-se de orientação, com as trocas de coordenações.
As Ações desenvolvidas/projetos apoiados, embora as observações registradas acima, tiveram grande significado quanto a sua efetividade social uma vez que promoveram a inclusão do público a que se destinaram e a implementação de uma prática pedagógica questionadora. A efetividade social também se revelou pelo impacto que promoveu nas comunidades onde as ações e programas foram desenvolvidos, estimulando instituições locais à realização de outras atividades.	Por fim, resta comentar que se lastima o término do PDU e o redirecionamento dos Projetos Inovadores de Cursos (PICs), que sem o necessário estímulo e um acompanhamento pedagógico mais efetivo, corre o risco de se constituir em mais um programa de política pública assistencialista reduzida a repasse de recursos financeiros. Programas necessitam de recursos para seu desenvolvimento tanto quanto de acompanhamento. A garantia de uma política eficaz e sustentável de combate à exclusão não pode se reduzir ao caráter compensatório de suprimento imediato de suas carências materiais.	
A articulação entre a maioria dos coordenadores no projeto foi um diferencial e possibilitou uma intensa troca, virtual, de experiências, conhecimentos, bem como correções e re-direcionamento dos textos.		

ANNEX IV

PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE

PARTICIPANTES DA REUNIÃO DE AVALIAÇÃO FINAL

Convidado	Cargo/função	Contato
Maria Lucia Cardoso	Avaliadora Externa	mluciamc@gmail.com
Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus	CADARA	rjorge60@globo.com
Arísia barros dos Santos	Fórum Permanente AL	Arisia.brros@bol.com.br
Cristiane Pereira de Brito	Fórum Permanente PR	crispbritto@yahoo.com.br
Rosana Batista Monteiro	Coordenador GT - SP	rosana.monteiro@uol.com.br
Cristina dos Santos Ferreira	Pesquisadora - MG	cristifer@uol.com.br
Rosilene Maria Passos	Aluno de PIC – Centro de Defesa Dir. Humanos de Betim – MG	rosilenecoop@yahoo.com.br
Jacira Reis	IAA-RS	jaresi@terra.com.br
Maria Helena Vargas	Representante dos Oficineiro da Oficina Racismo e Educação - Formação professores- - DF	helenadosul@uol.com.br
Alexandre Nascimento	CADARA - Representante Pré-vestibulares - RJ	alex.nasc@uol.com.br
Ministério da Educação		
André Lazaro	Secretario SECAD	andrelazaro@mec.gov.br
Armênio Schmidt	Diretor da DEDI/SECAD	armenioschmidt@mec.gov.br
Leonor Araújo	Coordenadora Geral da Diversidade/DEDI/SECAD	leonoraraujo@mec.gov.br
Magda Fernandes	Técnica CGDI/DEDI/SECAD	magdafernandes@mec.gov.br
Paula Barbosa	Técnica CGDI/DEDI/SECAD	paulabarbosa@mec.gov.br
Maria Lucia Braga	Técnica CGDI/DEDI/SECAD	luciabraga@mec.gov.br
Bárbara Rosa	Técnica CGDI/DEDI/SECAD	barbararosa@mec.gov.br
John Land Carth	Técnico CGDI/DEDI/SECAD	John.carth@mec.gov.br
Susana Guimarães	Técnica da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena/DEDI/SECAD	susanaguimaraes@mec.gov.br
Marcia Blanck	Técnica da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena/DEDI/SECAD	marciablanck@mec.gov.br
Gerarda Sales	Técnica da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena/DEDI/SECAD	gerardasales@mec.gov.br
Rodrigo Oliveira Jr.	Representante Secretaria de Ensino Superior	rodrigojunior@mec.gov.br
BID		
Rita Sório	Representante BID	ritas@iadb.org
Remi Castioni	Representante BID – Oficial de Projetos	remic@iadb.org
Maria Inês Carsalade Martins	Consultora BID	mines@fiocruz.br
UNESCO		
Marilza Regattieri	Representante UNESCO - Oficial de projetos	marilza.regattieri@unesco.org.br
Jane Castro	Representante UNESCO - Oficial de projetos	jane.castro@unesco.org.br

ANNEX V



Banco Interamericano de Desenvolvimento Relatório de Término de Projeto – PCR 2006 Avaliação do Mutuário

Número do Projeto: 1406-OC/BR	
Agência(s) Executora(s): SECAD/MEC	
Mutuário: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
Data de Aprovação do Projeto: 28 de julho de 2002.	Data de Efetivo contrato: 18 de dezembro de 2002.
Data de Avaliação do Mutuário: 01 de agosto de 2008.	Data da Reunião de Encerramento: 10 de julho de 2008.
Classificação de Desempenho do mutuário no Projeto	
Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:	
<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)	
Implementação do Projeto:	
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)	
Resultado de Sustentabilidade do Projeto:	
<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)	
Comentários:	
<p>O primeiro ano de execução, 2003, foi permeado de problemas, devido à falta de estrutura e pessoal. Apenas 6% dos recursos foram utilizados. Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, concebida com o intuito de promover políticas educacionais de inclusão social e de enfrentar as desigualdades no âmbito da educação. O Programa Diversidade na Universidade foi transferido para a SECAD e dá formato à Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional - CGDIE (do departamento Educação para Diversidade e Cidadania), que se estruturou a partir dos Componentes do Programa, para o qual direcionou grande parte de sua atuação nos primeiros anos. A Coordenação-Geral de Educação Indígena assumiu as ações relativas à questão indígena que posteriormente foram integradas ao Programa. Com a mudança de secretaria, o Diversidade ganha uma institucionalidade própria, uma nova equipe é constituída e se amplia sua capacidade de execução.</p> <p>Em 2005, o Programa Diversidade na Universidade passa por um processo de revisão que resultou na extensão do contrato por mais dois anos, e nas seguintes novas ações a serem desenvolvidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Inovador para Sucesso e Permanência de Negros e Negras no Ensino Superior; • Projeto Inovador de Fortalecimento de Negros e Negras no Ensino Médio; • Projetos de Capacitação de Professores de Ensino Médio em Município de Comunidades Remanescentes de Quilombos; • Fortalecimento de Escolas de Ensino Médio Indígenas; • Projeto Inovador de Apoio a Licenciaturas Interculturais Específicas para a Formação de Professores Indígenas. <p>A partir dessa revisão, da nova institucionalidade e de uma equipe formada, o Programa Diversidade ganhou impulso e as ações previstas foram em grande parte executadas.</p>	

Desempenho do Mutuário durante a Preparação do Projeto

Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto:

[] Muito Satisfatório (MS) [X] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

A preparação do Programa Diversidade na Universidade, em grande medida, atingiu seus objetivos. Os prazos previstos para início das atividades do projeto foram cumpridos, mas houve problemas de gestão, relacionados a composição da equipe do Programa que influenciaram no seu desempenho inicial.

Desempenho do Mutuário durante a Execução

Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto:

[] Muito Satisfatório (MS) [X] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

O Programa Diversidade na Universidade, em grande medida, atingiu seus objetivos, mas não o fez de forma eficiente. Os prazos previstos para execução das atividades, em grande parte, não foram cumpridos e houve muitos problemas de gestão que influenciaram no seu desempenho.

No que se refere à eficácia, o Programa obteve êxito. Os resultados dos PIC's, tanto quantitativos como qualitativos, estão acima dos parâmetros previstos. Fica evidente que o Programa contribuiu para a constituição de uma base conceitual sobre exclusão, inclusão e revalorização étnico-racial em ensino Médio e ensino Superior, através de 22 publicações e da produção de conhecimento sobre a questão étnico-racial na educação. O fortalecimento do MEC, embora enfrentando uma série de dificuldades de ordem estrutural e política, aconteceu em certa medida: duas Comissões -- CADARA e CNEEI – foram instituídas, há um portal na internet com grande acesso do público, em 18 estados existem fóruns permanentes de diversidade étnico-racial instituídos, e há várias articulações com secretarias e programas dentro do MEC em andamento. O Programa Diversidade formatou a Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão e contribuiu no estabelecimento da Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena, dentro da SECAD. Há um evidente fortalecimento da educação escolar indígenas nas diferentes secretarias do MEC.

A efetividade do Programa, isto é, seu impacto como política pública de promoção da igualdade étnico-racial e reconhecimento da Diversidade no Sistema Nacional de Educação é aferido, em parte, pelo importante papel que desempenhou na divulgação da Lei 10.639/03 e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas*, contribuindo também na sua implementação, através da formação de professores e gestores e da possibilidade do exercício do controle social. Além do mais, proporcionou efetivamente o ingresso de mais de 2.800 estudantes, a maioria negro e mulher, na universidade. Por sua vez, o Programa contribuiu na consolidação de uma política de ensino superior voltada para licenciaturas específicas indígenas, de caráter intercultural.

Desempenho do Banco durante a Preparação do Projeto

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: O banco facilitou o desenho do projeto, propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento). Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras, tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto:

[X] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

O banco colaborou no desenho do projeto com soluções adequadas e atendeu as expectativas do Mutuário.

Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco

Desempenho do Banco

Classifique o desempenho do Banco durante a Execução do Projeto:

[X] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

O banco colaborou na execução do projeto com soluções técnicas adequadas para os problemas identificados. A assistência técnica incluiu treinamento formal e orientações para a Unidade Gestora do Projeto, em especial os seminários sobre execução de projetos realizados em conjunto com outros Agentes Financeiros e Agências Executoras. O tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto foi sempre adequado.

ANNEX VI

Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional

RESUMO EXECUTIVO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Introdução

O *Programa Diversidade na Universidade*, executado entre 2002 e 2007, surgiu no âmbito das políticas afirmativas que decorreram dos compromissos assumidos pelo governo federal e do diálogo com o movimento negro, impulsionados a partir da *III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, realizada em Durban. Teve como objetivo “apoiar a promoção da equidade e da diversidade na educação superior para afrodescendentes, indígenas e de outros grupos socialmente desfavorecidos do País”.

Este relatório é resultado da avaliação final externa do Programa. Visa analisar os resultados alcançados pelo Programa Diversidade na Universidade no que se refere à criação de subsídios para formulação de políticas de inclusão social no ensino médio e superior, ao fortalecimento das capacidades no MEC para orientar a formulação de tais políticas e ao apoio e avaliação de projetos inovadores de forma a também contribuir para referidas políticas.

A metodologia utilizada para a avaliação baseou-se em entrevista a informantes-chaves, revisão do material produzido pelo Programa, sistematização de informações e pesquisa pela Internet. A realização desta avaliação apresentou uma série de dificuldades: a exigüidade do tempo; a ausência de um sistema de monitoramento e avaliação do Programa, que seguisse os indicadores e mesmo os reavaliasse; e a existência de bases de dados diferenciadas, seguindo distintas lógicas. Assim, não foi possível realizar uma avaliação de impacto; o que se buscou foi proporcionar uma visão geral das diferentes ações implementadas pelo programa e analisar em que medida foram efetivas para atingir os objetivos propostos, a partir das informações disponíveis, cotejando as percepções de pessoas que participaram direta ou indiretamente.

Contextualização do Programa

O Programa Diversidade na Universidade é fruto da articulação entre governo e sociedade para criar políticas públicas de combate à discriminação. Desde a conferência de Durban, o movimento negro cobrava do governo os compromissos assumidos. O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por sua vez, tinha o interesse em apoiar um programa governamental que estivesse alinhado a uma agenda internacional e o Programa Diversidade na Universidade constituiu-se no primeiro empréstimo feito a um país que contemplou essa temática.

A concepção do Programa fundamentou-se na necessidade de obter subsídios para formular políticas que revertissem o quadro de defasagem e de exclusão educacional em que a população negra se encontrava, e também pretendia apoiar iniciativas voltadas para a inclusão. A decisão de apoiar os cursos pré-vestibulares voltados para negros era uma forma do governo se aproximar da experiência que o movimento negro vinha acumulando na última década. Dado a esse foco, o Programa foi concebido para ser executado pela SEMTEC – Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico, do Ministério da Educação. Naquele momento foi avaliado que a SEMTEC não teria condições de gerir os recursos e a gestão ficou a cargo da Unesco, que já administrava outros recursos do governo brasileiro oriundos de organismos internacionais, e 5% do orçamento foram destinados à administração.

O custo total do Programa foi estimado em US\$ 9.000.000, dos quais 56% seriam na forma de empréstimo do BID, e 44% da contrapartida do Tesouro Nacional. Os Componentes do Programa e a distribuição dos recursos foram assim definidos:

- Componente 1: Estudos e Pesquisas – 11%
- Componente 2: Fortalecimento Institucional – 5,5%
- Componente 3: Projetos Inovadores de Cursos – 65%
- Componente 4: Comunicação Social – 11%
- Administração - 5%
- Avaliação do Programa – 2%
- Inspeção e Supervisão – 0,5%

O primeiro ano de execução, 2003, foi permeado de problemas, devido à falta de estrutura e pessoal. Apenas 6% dos recursos foram utilizados. Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, concebida com o intuito de promover políticas educacionais de inclusão social e de enfrentar as desigualdades no âmbito da educação. O Programa Diversidade na Universidade foi transferido para a SECAD e dá formato à Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional - CGDIE (do departamento Educação para Diversidade e Cidadania), que se estruturou a partir dos Componentes do Programa, para o qual direcionou grande parte de sua atuação nos primeiros anos. A Coordenação-Geral de Educação Indígena assumiu as ações relativas à questão indígena que posteriormente foram integradas ao Programa. Com a mudança de secretaria, o Diversidade ganha uma institucionalidade própria, uma nova equipe é constituída e se amplia sua capacidade de execução.

Em 2005, o Diversidade passa por um processo de revisão que resultou na extensão do contrato por mais dois anos, e nas seguintes novas ações a serem desenvolvidas:

- Projeto Inovador para Sucesso e Permanência de Negros e Negras no Ensino Superior;
- Projeto Inovador de Fortalecimento de Negros e Negras no Ensino Médio;
- Projetos de Capacitação de Professores de Ensino Médio em Município de Comunidades Remanescentes de Quilombos;
- Fortalecimento de Escolas de Ensino Médio Indígenas;
- Projeto Inovador de Apoio a Licenciaturas Interculturais Específicas para a Formação de Professores Indígenas.

A partir dessa revisão, da nova institucionalidade e de uma equipe formada, o Programa Diversidade ganhou impulso e as ações previstas foram em grande parte executadas.

Componente 1: desenvolvimento de insumos para uma política de inclusão social

O componente 1 do Programa “visa promover o diálogo e o consenso entre os diversos atores responsáveis pelo desenvolvimento de políticas e estratégias de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica na educação média e superior”. O componente contempla os seguintes sub-componentes: 1) Revalorização da diversidade cultural; 2) Constituição de base conceitual sobre exclusão social, discriminação e desigualdade racial e étnica no ensino médio e superior; e 3) Propostas de política de inclusão social para a educação média e superior.

O trabalho esteve muito voltado para as pesquisas e publicações, e também estreitamente vinculado ao componente de Fortalecimento Institucional, seja através da articulação com outras secretarias dentro do MEC, como a SEB, seja através dos *Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial*.

No total, 22 livros foram publicados e distribuídos pelo Programa, dos quais 19 tratam diretamente da temática racial e três referem-se a educação indígena. Além desses, o Programa contribuiu com a elaboração de mais de 50 publicações editadas pela Coordenação de Educação Indígena que, embora não financiadas com recursos do Programa, foram elaboradas a partir de pesquisas e seminários apoiados pelo Programa.

A revalorização da diversidade cultural é um tema que perpassa a maioria das publicações, entretanto, 12 livros incluem textos que abordam o tema de forma mais direta. O livro *Superando o Racismo na Escola*, reeditado pelo Programa trabalha em profundidade a revalorização da diversidade cultural. Vale destacar as pesquisas realizadas sobre a matriz religiosa africana e ensino médio, tema bastante crítico no que se refere a processos de discriminação nos ambientes escolares, além de pesquisas sobre educação quilombola.

O item relativo à formulação, produção e distribuição de materiais curriculares para aplicação na sala de aula e utilização na capacitação de professores também foi contemplado. A grande contribuição do Programa foi o livro *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, que discute e apresenta propostas de atividades, incorporando diferentes experiências, para cada uma das modalidades de ensino (educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, ensino médio, educação em remanescentes de quilombo e licenciatura). Além das publicações, foram preparados também materiais como programas em da TV Escola, Calendários, Kit *A Cor da Cultura* (com jogo, CD, CDV, livros).

O Programa contribuiu consideravelmente para constituição de uma base conceitual sobre exclusão, inclusão e revalorização étnico-racial no ensino médio e no ensino superior. O resultado desse trabalho encontra-se em doze publicações: duas são pesquisas elaboradas pelo Programa, quatro foram feitas a partir das apresentações e debates em seminários e fóruns, três são publicações de artigos elaborados por

especialistas e uma publicação sistematiza a experiência do próprio Programa. O Programa buscou produzir conhecimentos a respeito da defasagem escolar de negros/as e indígenas e dos fatores que têm levado historicamente a tal desigualdade.

Nove publicações têm como foco o relato e análise de estratégias e programas voltados para a inclusão social, além de outras quatro que incluem o tema em alguns artigos, o que faz desse tema o mais trabalhado nas publicações. Esse conjunto constitui uma importante referência não só para pensar as políticas públicas dentro do próprio MEC, mas também como subsídio para professores/as e gestores que buscam subsídios para trabalhar a questão do racismo e da valorização étnico-racial.

São seis publicações que trabalham prioritariamente propostas e analisam políticas de inclusão social na educação e outros 3 livros que incluem o tema em alguns artigos. Muitas vezes, a formulação e análise de políticas se confundem com o próprio mapeamento de estratégias e programas.

A análise de padrões curriculares do ensino médio não foi o objeto direto de nenhuma das publicações, mas em seis publicações existem artigos que analisam os padrões curriculares. O Programa teve a preocupação em divulgar as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, distribuindo a publicação para todas as escolas ativas do país e, indubitavelmente, é um instrumento fundamental no processo de capacitação dos professores.

Em 2004, foram realizadas 11 pesquisas para elaboração de um diagnóstico das condições do ensino médio oferecido aos povos indígenas, nas diferentes regiões do país. Dado às dificuldades de extensão territorial e de complexidade das informações que se pretendia coletar, vários relatórios não foram finalizados no prazo previsto, mas não se tem informações de como foram concluídos.

Esse conjunto de publicações e pesquisas abarca uma diversidade de perspectivas e temáticas que proporcionam uma base consistente para a reflexão sobre exclusão, inclusão e revalorização étnico-racial, e fornecem subsídios para a formulação de políticas educacionais específicas para o Ensino Médio e Superior, como estava previsto no projeto.

Um dos indicadores do Programa diz respeito à definição e à validação dos conteúdos das publicações e de outros materiais produzidos e a participação da sociedade civil nesse processo. Em parte, isso efetivamente ocorreu. Grande parte dessas publicações são frutos dos debates que ocorreram nos fóruns realizados nos estados, os quais contaram com ampla participação de organizações da sociedade civil. Vale ressaltar também o papel desempenhado pela CADARA, instituição que representa a sociedade civil dentro do MEC, na definição do conteúdo dessa e de outras publicações.

As tiragens das publicações foram pequenas, mas a distribuição deu-se de forma a atingir o público principal a que se destinam. Elas não apenas chegaram àqueles que estão interessados diretamente na temática étnico-racial na educação, mas entraram em escolas, universidades, secretarias estaduais e municipais de educação, chegando a

peças e instituições que muitas vezes não têm acesso à informação e até desconhecem a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares. A maioria dessas publicações está disponível em formato digital, principalmente na Internet, o que, em certa medida, amplia as possibilidades de distribuição. A ausência de instrumentos que possam registrar a distribuição e avaliar a forma como os livros são utilizados impossibilita uma análise mais aprofundada do impacto das publicações.

Esse conjunto de publicações foi totalmente inovador dentro da linha editorial do MEC, particularmente no que tange à questão racial. Antes do Programa Diversidade, o MEC só havia publicado dois livros referentes à temática racial. A SECAD, por sua vez, indubitavelmente estimulada pelo Programa Diversidade, criou uma Coleção, intitulada *Educação para Todos*, que já editou 30 volumes, dos quais seis foram editados pelo Programa Diversidade na Universidade e contém outros seis volumes que tratam da questão indígena, além de outros três volumes que possuem capítulos que tratam da temática étnico-racial.

Fica evidente que as publicações constituem uma das principais contribuições do Programa Diversidade. É importante ressaltar que o Programa não apenas publicou, mas contribuiu para geração de conhecimento sobre a questão étnico-racial e educação. Áreas como religião e educação, por exemplo, havia pouco conhecimento acumulado.

Componente 2: fortalecimento institucional

O componente 2 tem o foco de ação no fortalecimento institucional do Ministério da Educação para “promover a inclusão social e o combate à discriminação racial e étnica”, isto é, instalar capacidades dentro do MEC para que o processo impulsionado pelo Programa tenha sustentabilidade, e seja incorporado na estrutura do sistema de educação. Estava previsto a criação de Comissões Assessoras de Diversidade, a implantação de uma central de informações através de um portal na Internet e a capacitação de quadros. O diálogo com outras secretarias do MEC e com as Secretarias Estaduais de Educação também estava contemplado neste componente.

Esse Componente foi o mais difícil de ser realizado plenamente no Programa. As dificuldades de articulação interinstitucional para a incorporação da temática étnico-racial devem-se muito mais à natureza da questão do que a uma ineficiência do Programa. Dois fatores são fundamentais para compreender a questão étnico-racial nas políticas públicas: o racismo estruturante que permeia as instituições sociais brasileiras, e a concepção de que as políticas públicas têm de ser universalistas e não devem considerar as especificidades de determinados grupos e as condicionantes que os levam a ficar em situação de desvantagem para ter seus direitos básicos assegurados. Para enfrentar essas duas barreiras, um Programa de cinco anos, com um raio de ação limitado é muito pouco. Estabelecer institucionalidades, implementar leis e criar políticas de Estado são meios que contribuem nesse processo de mudança de paradigma.

No bojo do Programa foram criadas duas Comissões Assessoras: CADARA e CNEEI. A CADARA, que trata da questão racial, está institucionalizada, com algumas iniciativas tomadas, entretanto, falta-lhe uma diretriz clara, o estabelecimento de prioridades e de

uma estratégia política de reconhecimento dentro da estrutura do Ministério. A CNEEI constituiu-se a principal interlocutora do MEC para se discutir as políticas de educação escolar indígena. Apesar das reuniões serem escassas e de haver um peso maior dos professores indígenas, há um reconhecimento de seu papel, tanto pelo MEC como por parte da FUNAI como interlocutora na área de educação. Cabe à SECAD apoiar e fortalecer tais instituições e firmá-las como legítimas interlocutoras do MEC na temática étnico-racial.

Foram realizados 21 Fóruns Estaduais de Diversidade Étnico-Racial, mobilizando cerca de 8.000 pessoas, que estabeleceram fóruns permanentes nos estados; o acompanhamento e fortalecimento desses fóruns é o caminho para um enraizamento das políticas.

A articulação permanente com as outras Secretarias já espalhou sementes pelo MEC; embora algumas iniciativas não tenham dado muitos frutos, aos poucos, o tema vai se disseminando dentro do Ministério e deixando de causar estranhamento. Ainda que as políticas universalistas predominem, o importante, nesse momento histórico, é a problematização como passo fundamental para a construção de novos paradigmas.

A capacitação de quadros prevista no Contrato de Empréstimo não foi realizada de forma sistemática. Não houve uma estratégia específica para capacitação dos quadros do MEC, nem dentro nem fora do Programa, embora essa capacitação tenha se dado na própria realização do trabalho. No entanto, a maioria da equipe foi contratada de forma temporária, o que não gerou uma capacidade instalada no MEC.

A Central de Informações (portal na Internet) foi um grande empreendimento do Programa, mas que ficou pela metade. Disponibilizou-se um grande número de informações e publicações, mas deixou de ser atualizada a partir de fevereiro de 2007. Mesmo assim, ela vem mantendo um alto número de acessos, em média 10.000 por mês, demonstrando que há uma demanda a ser atendida.

Componente 3: Projetos Inovadores de Cursos - PICs

Os Projetos Inovadores de Cursos – PICs – constituíram-se no principal componente do Programa Diversidade. O objetivo específico desse componente foi apoiar, desenvolver e avaliar projetos inovadores que pudessem contribuir à formulação de políticas e estratégias de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica para a educação média e superior. Foi dado apoio a instituições que já realizavam esse tipo de curso.

Além do apoio dado às instituições, outro forte elemento desse componente foi o acompanhamento e avaliação dos PIC's através de instituições ou pessoas contratadas para esse fim. Também foi prevista a premiação de alunos egressos, com o objetivo de incentivá-los e apoiar na permanência na universidade.

Os resultados dos PIC's foram dentro dos parâmetros esperados do Programa. Fortaleceu o conhecimento dos conteúdos de ensino médio de mais de 11 mil alunos, sendo que 77% deles são negros ou indígenas, e dois terços são mulheres. Contribuiu a que mais de 2.800 deles/as ingressassem na universidade, e premiou 445 que entraram em cursos bem avaliados pelo MEC. Superou o índice de 20% de aprovação, previsto no marco lógico do Programa, mas não foi possível fazer uma avaliação na melhoria do seu

desempenho. Esses estudantes tiveram acesso a bens culturais que ampliaram sua visão de mundo e fortaleceram sua identidade étnico-racial. Uma parcela significativa desses estudantes vivenciou o aumento de sua auto-estima e se considera em melhores condições para entrar no mercado de trabalho ou melhorar sua situação profissional.

O Programa fortaleceu cerca de 80 instituições que trabalham com cursos pré-vestibulares na parte de gestão administrativa-financeira, possibilitando que tenham mais condições de trabalhar com convênios com instituições governamentais e internacionais. Também contribuiu na formação de mais de 500 professores e gestores, especialmente em conteúdos voltados para a revalorização da identidade étnico-racial e para a inclusão de conteúdos relacionados com a temática étnico-racial nas disciplinas da grade curricular do ensino médio. Forneceu a essas instituições material didático e publicações que discutem a temática.

As dificuldades de gestão, tanto por parte das instituições operadoras na prestação de contas, como por parte da Unesco, em realizar os repasses, gerou uma descontinuidade nos editais. O processo de contratação dos PIC's sofreu uma série de percalços. A própria seleção, em que muitas instituições ficavam fora porque não atendiam os requisitos colocados, já indicava que o sistema de contratação e gestão aplicado pelo MEC/Unesco não se adequava às características dessas instituições. Aquelas selecionadas e contratadas, geralmente mais estruturadas, ainda assim apresentaram inúmeras dificuldades para acompanhar o sistema de gestão utilizado. Essa situação fez com que o Programa providenciasse oficinas de capacitação em gestão. Outro recurso empregado pelo Programa foi a realização de Encontros Estaduais com essas instituições.

Os atrasos nas contratações também dificultaram o trabalho de acompanhamento e avaliação dos PIC's. Acrescente-se a isso, a dificuldade de encontrar instituições em condições de fazer uma avaliação de caráter educacional em que se contemplasse a questão étnico-racial.

Não existem informações relativas ao tipo de universidade e curso que os alunos ingressaram. A falta de um sistema de monitoramento desses alunos, após terminarem o curso pré-vestibular, dificulta a obtenção desse dado. Apenas os dados da premiação dão um indicador aproximado da qualidade dos cursos aos quais tiveram acesso que, por sua vez, apresentam uma dificuldade de análise estatística, já que foram contemplados alunos que ingressaram em cursos bem avaliados pelo MEC, mas também aqueles que ingressaram em cursos ainda não avaliados.

A inclusão de conteúdos voltados para a valorização da identidade étnico-racial foi um dos requisitos fundamentais para aprovação dos PIC's, seja através de uma disciplina específica no curso ou por meio da inclusão de conteúdos ligados à temática racial nos currículos das disciplinas regulares, ou ainda pela promoção do acesso a bens culturais que reforcem essa valorização; entretanto, muitas instituições não trabalharam nessa perspectiva de forma satisfatória. Essa situação foi logo constatada pela equipe que, então, implementou iniciativas que buscaram suprir essa deficiência, bem como criou condições para promover um intercâmbio de experiências.

Não foi possível, no âmbito dessa avaliação, analisar o conteúdo das avaliações dos PIC's. Foram 149 relatórios produzidos, entre avaliações de marco zero, intermediárias e finais. Uma rápida verificação em alguns desses relatórios indica que há uma riqueza enorme de informações, que qualifica e aprofunda os dados quantitativos apresentados. Apenas um trabalho de análise pode transformar esses dados em conhecimento, permitindo divulgá-los e, assim, realizar a propósito do programa que é pensar e propor políticas educacionais que visem à inclusão social da população afro-brasileira e indígena.

PIC's Ensino Médio

Como consequência dos aprendizados extraídos da experiência de apoio aos PIC's, por iniciativa da CGDIE e com recursos do próprio MEC, criou-se um projeto-piloto voltado para o fortalecimento da temática étnico-racial no ensino médio – o PIC Ensino Médio. No entanto, apenas em junho de 2006 foram celebrados quatro convênios, com Secretarias estaduais de educação. Houve muitas dificuldades operacionais e os projetos não apresentam uma execução dentro dos prazos previstos.

A realização dessa iniciativa, em caráter experimental, é um resultado do Programa Diversidade que merece ser considerado com muita atenção. Para além dos problemas operacionais, a concepção do projeto busca incidir sobre aqueles fatores que claramente foram identificados como determinantes no processo de exclusão dessa parcela da população da universidade e de interferência direta na sua vida profissional. É um projeto-piloto que deve fornecer subsídios fundamentais para uma política educacional, para tanto é necessário avaliá-los, identificar os problemas e tentar superá-los.

PICs de formação de professores do ensino médio que atendem alunos quilombolas

Na revisão do Programa Diversidade, em 2005, decidiu-se incluir a realização de "Projetos de Capacitação de Professores de Ensino Médio em Município de Comunidades Remanescentes de Quilombos".

Esses projetos sofreram uma série de problemas, principalmente, devido ao atraso dos repasses por parte da Unesco que, ao não fazê-lo em tempo hábil, dificultou ou mesmo inviabilizou sua execução. Praticamente todas as secretarias estaduais prorrogaram os prazos e metade devolveu os recursos recebidos por não ter conseguido executar o projeto no prazo determinado. Apenas a secretaria do estado do Amapá conseguiu realizar todas as etapas do projeto dentro do prazo, pois utilizou de seus recursos e depois foi ressarcida.

Há duas grandes lacunas nesse sub-componente. A primeira é a ausência de uma avaliação sobre o processo de contratação que levasse a uma mudança efetiva, de forma a viabilizar os projetos. O fato de 50% dos projetos devolverem o recurso recebido indica que há um problema por parte do gestor do recurso. A segunda lacuna é um plano de monitoramento e avaliação, de forma a se saber como está a execução dos projetos que continuaram. Não há informações disponíveis a partir de dezembro de 2006. A idéia é que fosse um projeto-piloto e que proporcionasse subsídios para formulação de políticas

públicas para educação quilombola. De fato, só se dispõem de informações do estado do Amapá, e já foram apontados problemas na avaliação.

Prolind - Programa de apoio à formação superior e licenciaturas indígenas

No seminário de lançamento do Programa, professores indígenas e técnicos ligados à educação indígena mostraram que a realidade educacional desses povos tinha necessidades que geravam demandas muito diferentes. A partir daí, estabeleceu-se um amplo diálogo, e a coordenação do Programa Diversidade e o BID foram sensíveis a essas demandas, implementando vários ajustes ao Diversidade.

Nos PIC's para pré-vestibular havia duas instituições que atendiam também a indígenas, no entanto, professores, lideranças indígenas e especialistas em educação indígena avaliaram que essa iniciativa não atenderia às demandas existentes. Primeiro, era necessário cobrir o déficit de formação de professores para o ensino fundamental. Mas essa experiência abriu as portas para uma articulação maior com as secretarias estaduais de educação para ampliar a formação de professores e a oferta de escolas e vagas para no segundo segmento da educação fundamental.

O outro gargalo da educação indígena era a formação de professores indígenas em licenciaturas específicas para o ensino médio em escolas indígenas. Em 2004 formatou-se o PROLIND com essas características, em estreita articulação com a SESU (que também aportou recursos). Em 2005 lança-se o primeiro edital, definindo 3 eixos de apoio: 1) Implantação e manutenção de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas em nível superior; 2) Elaboração de projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas em nível superior; 3) Permanência de alunos indígenas na educação superior. Ao todo foram apoiados 12 projetos: quatro em cada eixo.

Apesar de não haver uma avaliação de impacto desses projetos, percebe-se que o Programa Diversidade desempenhou um papel importante na consolidação de uma política escolar indígena desenhada a partir de um amplo diálogo entre os diversos atores envolvidos na questão. Possibilitou injetar recursos em uma proposta inovadora de cursos de licenciatura que visavam incidir na questão que se identificava como chave para romper o déficit educacional da população – a formação de professores indígenas para o segundo segmento do ensino fundamental e, sobretudo, para o ensino médio. Mas também significou apoiar uma proposta pedagógica inovadora de reconhecimento da diversidade étnica e cultural e da legitimação de um conhecimento historicamente não valorizado na sociedade brasileira. Essa inovação tem implicações enormes no combate à discriminação e na valorização étnica e cultural dos povos indígenas. Esse impulso proporcionado pelo PROLIND também desencadeou um processo mais amplo de criação e implementação de licenciaturas específicas, contribuindo na sua consolidação como uma política pública de ensino superior.

Componente 4 – comunicação social

O Componente de Comunicação Social não chegou a se constituir uma linha de ação do Programa nos mesmos moldes das anteriores, isto é, com uma sub-coordenação e

equipe dedicada à sua execução. Para alguns serviços foram feitos através de contrato e só durante alguns meses houve uma pessoa encarregada da comunicação.

Em 2003, houve uma campanha de divulgação do Programa, com distribuição de material publicitário e veiculação na mídia falada e escrita, nos estados em que foi divulgado o edital para seleção dos PIC's. A divulgação das publicações e materiais foi realizada nos eventos promovidos pelo Programa e na rede de instituições. Destaca-se também a participação da equipe em eventos da área de educação ou que tratam da temática étnico-racial, onde tiveram a oportunidade de divulgar os objetivos e resultados do Programa. Os *Fóruns Estaduais de Diversidade Étnico-Racial* foram precedidos de divulgação na imprensa local, além da divulgação direta para as instituições interessadas. A Central de Informação divulgou os editais, dados sobre a diversidade étnico-racial, as publicações, e muitas notícias.

Apesar de não haver uma equipe dedicada, em grande medida, as atividades de comunicação foram realizadas de forma a atender as exigências básicas do Programa, pois as equipes dos demais Componentes se responsabilizaram pelas atividades de comunicação. Contudo, vale salientar, que isso resultou numa sobrecarga da equipe e em limitação no trabalho realizado. O trabalho de comunicação foi mais informativo que propositivo; não foi formador de opinião, de forma a instituir uma nova linguagem e um novo olhar para a temática étnico-racial na educação. Por esse mesmo motivo, não pôde ser realizado um trabalho de comunicação dentro do Ministério da Educação, de forma a inserir a temática de diversidade étnico-racial de maneira transversal e uma prioridade na política de comunicação do Ministério.

Análise da eficiência, eficácia e efetividade social do Programa

O Programa Diversidade na Universidade, em grande medida, atingiu seus objetivos, mas não o fez de forma eficiente. Os prazos previstos para execução das atividades, em grande parte, não foram cumpridos e houve muitos problemas de gestão que influenciaram no seu desempenho.

No que se refere à eficácia, o Programa obteve êxito. Os resultados dos PIC's, tanto quantitativos como qualitativos, estão acima dos parâmetros previstos. Fica evidente que o Programa contribuiu para a constituição de uma base conceitual sobre exclusão, inclusão e revalorização étnico-racial em ensino Médio e ensino Superior, através de 22 publicações e da produção de conhecimento sobre a questão étnico-racial na educação.

O fortalecimento do MEC, embora enfrentando uma série de dificuldades de ordem estrutural e política, aconteceu em certa medida: duas Comissões -- CADARA e CNEEI -- foram instituídas, há um portal na internet com grande acesso do público, em 18 estados existem fóruns permanentes de diversidade étnico-racial instituídos, e há várias articulações com secretarias e programas dentro do MEC em andamento. O Programa Diversidade formatou a Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão e contribuiu no estabelecimento da Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena, dentro da SECAD. Há um evidente fortalecimento da educação escolar indígenas nas diferentes secretarias do MEC.

A efetividade do Programa, isto é, seu impacto como política pública de promoção da igualdade étnico-racial e reconhecimento da Diversidade no Sistema Nacional de Educação é aferido, em parte, pelo importante papel que desempenhou na divulgação da Lei 10.639/03 e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas*, contribuindo também na sua implementação, através da formação de professores e gestores e da possibilidade do exercício do controle social. Além do mais, proporcionou efetivamente o ingresso de mais de 2.800 estudantes, a maioria negro e mulher, na universidade. Por sua vez, o Programa contribuiu na consolidação de uma política de ensino superior voltada para licenciaturas específicas indígenas, de caráter intercultural.

Sugestões e recomendações

- 1 - Atualização e redimensionamento da Central de Informações.
- 2 - Criar instrumento de acompanhamento das publicações.
- 3 - Avaliar a atuação política da CADARA e criar diretrizes de ação.
- 4 - Acompanhar os Fóruns Estaduais, fornecer subsídios, proporcionar o intercâmbio e divulgar sua atuação.
- 5 - Sistematizar e analisar o conjunto de avaliações realizadas nos PIC's.
- 6- Realizar uma avaliação do impacto do PROLIND e estabelecer um sistema de monitoramento de seus resultados.
- 7 - Realizar o Seminário de Avaliação do Programa Diversidade na Universidade.

ANNEX VII

Edital de Convocação do PROLIND – Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas. Edital no 5/2005/SESu/SECAD-MEC.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE - SECAD
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 5, DE 29 DE JUNHO DE 2005**

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio, da Secretaria de Educação Superior – SESu e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – convoca as Instituições de Educação Superior – IES públicas federais e não federais a apresentarem propostas de projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas e de Permanência de alunos indígenas, considerando as diretrizes político pedagógicas publicadas neste Edital, formuladas e aprovadas pela Comissão Especial criada pela portaria nº 52, de 29 de outubro de 2004, para elaborar políticas de educação superior indígena – CESI/SESU/MEC.

1 - CONCEITUAÇÃO

O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND é uma iniciativa deste Ministério, por intermédio da SESu e SECAD, em cumprimento as suas atribuições de, respectivamente, responder pela formulação de programas especiais para formação de estudantes indígenas em nível superior e pelo acompanhamento da execução das políticas de educação escolar indígena.

O PROLIND apoiará projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização do estudo de temas indígenas relevantes, tais como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e das culturas dos povos indígenas. Os projetos apoiados deverão também promover a capacitação política dos professores indígenas como agentes interculturais na promoção e realização dos projetos de futuro das comunidades indígenas.

O PROLIND apoiará também projetos de permanência de estudantes indígenas nas IES públicas federais e não federais, que possibilitem o desenvolvimento de ações que integrem ensino, pesquisa e extensão universitária nas comunidades de origem dos estudantes indígenas.

2 - TERMOS DE REFERÊNCIA

2.1. Objetivos

O PROLIND tem como objetivo geral instituir um programa integrado de apoio à formação superior indígena, em especial à formação de professores indígenas, como uma política de estado a ser implementada pelas IES públicas de todo o país.

O Edital 2005 tem ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) Apoiar projetos de Licenciaturas específicas para formar professores indígenas para o segundo segmento do ensino fundamental e para o ensino médio de suas comunidades em consonância com a realidade social e cultural específica de cada povo e segundo a legislação nacional que trata da educação escolar indígena;
- b) Realizar ações de mobilização e sensibilização de instituições de educação superior, com vistas à implementação de políticas de permanência de estudantes indígenas nos Cursos de Licenciaturas específicas e demais Cursos de Graduação;
- c) Promover a participação em processos de capacitação tanto de organizações, lideranças indígenas e de indígenas portadores de notório saber reconhecidos pelas comunidades, quanto de não-indígenas qualificados academicamente, com a garantia de que estes últimos obtenham

vivência nas comunidades indígenas de onde se originam os beneficiários dos projetos de cursos para a formação superior de indígenas.

2.2. Fundamentação legal e político-pedagógica

Os projetos a serem apresentados em resposta a este Edital devem observar os seguintes fundamentos:

a) as Bases Legais da Educação Escolar Indígena, a saber:

- Constituição Federal de 1988: artigos: 210, 215, 231 e 232;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: artigos: 26, 32, 78 e 79;
- Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 - 9 de janeiro de 2001): Capítulo sobre Educação Escolar Indígena;
- Parecer 14/99 - Conselho Nacional de Educação - 14 de setembro de 1999;
- Resolução 03/99 - Conselho Nacional de Educação - 10 de novembro de 1999
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Decreto Presidencial 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT.
- Parecer 10/2002 - Conselho Nacional de Educação - 11 de março de 2002;

b) Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI;

c) Referenciais para a Formação de Professores Indígenas – MEC/2002;

d) Aprovação pelos Conselhos Superiores das respectivas IES, bem como o encaminhamento formal a SESu/MEC pelas instâncias competentes das IES envolvidas.

2.3. Eixos Temáticos

As propostas deverão atender a pelo menos um dos seguintes eixos:

I. Implantação e manutenção de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas em nível superior.

Iniciativas institucionais que visem a implantação e manutenção de Cursos de Licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas para lecionar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio de suas comunidades. As propostas deverão ter como base a manifestação explícita de interesse por parte dos beneficiários, a realidade social e cultural específica de cada povo e diagnóstico sobre o Ensino Fundamental e Médio das comunidades indígenas a serem beneficiadas com os cursos. Serão apoiadas exclusivamente propostas de cursos elaboradas em parceria com as comunidades indígenas a serem beneficiadas pelos Cursos de Licenciaturas específicas.

II. Elaboração de projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas em nível superior.

Iniciativas institucionais voltadas para a elaboração de projeto de Curso de Licenciatura específica, em conjunto com as comunidades indígenas a serem beneficiadas, para a formação de professores indígenas para lecionar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio de suas comunidades. As propostas deverão ter como base a manifestação explícita de interesse por parte dos beneficiários bem como estar adequadas à realidade social e cultural específica de cada povo.

III. Permanência de alunos indígenas na educação superior.

Apoio a projetos de pesquisa e/ou extensão, com bolsas para estudantes indígenas que visem garantir a permanência desses alunos nos diversos cursos de graduação oferecidos pelas IES públicas. As ações propostas deverão ser desenvolvidas integral ou parcialmente nas comunidades de origem dos alunos indígenas beneficiados pelos projetos. Apoio a ações de mobilização e sensibilização da comunidade acadêmica com vistas à implementação das políticas de permanência dos estudantes indígenas nos diversos cursos de graduação.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Estão habilitadas para apresentar propostas a este Edital as IES públicas federais e não federais.

3.1 Diretrizes Gerais:

- a) Cada Instituição poderá inscrever até duas propostas. Não serão aceitas inscrições por uma mesma IES de propostas nos eixos I e II.
- b) As propostas encaminhadas não poderão conter simultaneamente projetos nos eixos temáticos I e II.
- c) Para as propostas com dois eixos temáticos o orçamento total do projeto não poderá exceder a soma dos valores disponíveis para cada eixo temático.
- d) Não serão apoiadas propostas de permanência voltadas para alunos indígenas matriculados em cursos de licenciaturas indígenas apoiadas por este edital.
- e) Todos os projetos concorrentes deverão cumprir os procedimentos acadêmicos da Instituição, em especial a aprovação nas instâncias competentes. Serão também considerados projetos, devidamente reconhecidos pela instituição, que estejam em andamento.
- f) Todos os projetos apoiados nos eixos I e II do item 2.3, deverão criar condições teóricas, metodológicas e práticas, para que os professores indígenas possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico, planejamento e gestão da escola em que estão inseridos.
- g) Todos os projetos apoiados nos eixos I e II do item 2.3 deverão garantir que as ações pedagógicas sejam planejadas e executadas de forma participativa pelos estudantes indígenas e pelos formadores.
- h) Todos os projetos apoiados nos eixos I e II do item 2.3 deverão prever práticas discursivas orais e escritas nas línguas maternas e, quando couber, promover estratégias que viabilizem a revitalização das línguas indígenas, bem como, quando em situação de diversidade sócio-lingüística, contemplar assessoria específica tanto aos alunos do curso quanto aos formadores, contendo entre seus objetivos a apropriação, pelos estudantes indígenas, da variante formal da língua portuguesa empregada nos documentos oficiais escritos.
- i) Todos os projetos apoiados deverão prever avaliações internas e externas planejadas e construídas em conjunto com a comunidade, os estudantes indígenas e os formadores envolvidos.
- j) As propostas serão avaliadas, julgadas e selecionadas considerando a adequação aos objetivos referidos no *caput* deste Edital e sua relevância para os povos indígenas.
- k) As propostas inseridas nos eixos I e II do item 2.3 deverão conter um coordenador ligado à instituição executora dos projetos com titulação mínima de Mestre e um coordenador indígena, integrante da comunidade beneficiada pela ação, com graduação.
- l) No eixo I do item 2.3 somente serão apoiadas propostas de cursos elaboradas a partir de amplo debate com as comunidades indígenas beneficiadas.
- m) No eixo II do item 2.3 somente serão apoiadas propostas que demonstrem, por meio das atividades planejadas, a previsão da efetiva participação das comunidades indígenas na sua elaboração.
- n) No eixo III do item 2.3 serão apoiadas propostas que possibilitem a participação de estudantes indígenas e o desenvolvimento de ações em suas comunidades de origem, bem como ações que visem a mobilização e sensibilização da comunidade acadêmica para a permanência com sucesso dos estudantes indígenas nos diversos cursos de graduação.
- o) As propostas inseridas nos eixos I e II do item 2.3 devem conter resultados de diagnóstico sobre os Ensinos Fundamental e Médio da comunidade, acompanhado com as informações sobre demandas e potenciais em relação aos próximos 10 (dez anos) para o Ensino Fundamental e Médio, bem como para a Educação Superior.
- p) As propostas inseridas no eixo II do item 2.3 devem conter entre seus objetivos a realização de diagnóstico sobre os Ensinos Fundamental e Médio da comunidade com suas demandas e potenciais em relação à Educação Superior.

3.2 Recursos Financeiros:

O presente Edital prevê a aplicação de recursos financeiros, não reembolsáveis, no valor global de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), para apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária nos temas previstos no item 2.3 e segundo as diretrizes previstas no item 3.1, ficando estabelecidos os seguintes valores máximos de apoio:

Eixo I: Implantação e manutenção de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas em nível superior: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)

Eixo II: Elaboração de projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas em nível superior: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Eixo III: Permanência de alunos indígenas na educação Superior: R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

a) A descentralização de créditos orçamentários para o exercício de 2005 será processada por intermédio de destaque, para as Instituições Federais de Educação Superior, pela publicação de uma portaria específica, a qual estabelecerá que os créditos orçamentários serão repassados em parcela única e os recursos financeiros serão transferidos, de acordo com a liquidação das despesas à conta dos créditos descentralizados, seguindo as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.379, de 25/02/05. Esses recursos destinados aos projetos serão disponibilizados em até quatro parcelas, sendo que, quando completar 50% de recurso financeiro recebido, a Instituição Federal de Educação Superior deverá enviar à Coordenação do projeto o relatório de execução técnica das atividades desenvolvidas, acompanhado do cronograma de execução final do projeto.

b) A descentralização de créditos orçamentários e financeiros para as Instituições Não Federais de Educação Superior será efetuada por intermédio da celebração de convênio, de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução Normativa nº 01, de 15/01/97 e modificações posteriores. Os créditos orçamentários serão repassados em parcela única e os recursos financeiros serão repassados em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Decreto nº5.379, de 25/02/05.

c) A aplicação dos recursos orçamentários e financeiros dos projetos deverá ser destinada a ações compatíveis com a missão da universidade pública, especialmente na formação e qualificação profissional e educacional, apoio à ação extramural de monitores do projeto, implementação de ações estruturantes sobre o sistema social no qual se atua, acompanhamento e avaliação, disseminação de resultados e pesquisas realizadas.

d) Não cabe aplicação de recursos em pagamentos de taxa de administração e impostos.

e) Não cabe aplicação de recursos em pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assessoria.

f) A proposta deverá especificar as parcerias e outras fontes de financiamento para operacionalização.

g) A concessão do apoio financeiro obedecerá aos limites propostos. A SESu/SECAD/MEC redirecionará eventuais saldos para o atendimento a número extra de propostas concorrentes.

3.3 Duração

Os projetos aprovados terão execução máxima de até 14 (quatorze) meses, a contar da data de assinatura dos convênios.

4 - PROCESSO DE ANÁLISE, JULGAMENTO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

Após o recebimento das propostas, caberá ao DEPESES/SESu/MEC e ao DEDC/SECAD/MEC sua análise, julgamento e seleção, obedecendo às etapas descritas a seguir:

a) **Análise técnica:** a área técnica procederá à análise formal da proposta apresentada com vistas ao seu enquadramento. Propostas encaminhadas fora do prazo não serão consideradas para análise de mérito.

b) **Análise de conteúdo:** a análise será conduzida pela SESu e SECAD, assessoradas por um Comitê Técnico Multidisciplinar, composto por especialistas nos temas do Edital e instituído para este fim

específico. Além do previsto nos itens 2. e 3.1, o Comitê avaliará o conteúdo das propostas considerando:

- 1 Consistência da proposta em relação às diretrizes e aos objetivos do Edital
 - 2 Relevância do projeto em nível acadêmico e institucional
 - 3 Relevância do projeto em relação à real necessidade de professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio das comunidades beneficiárias do projeto. (eixos I e II)
 - 4 Existência de infra-estrutura para o desenvolvimento do projeto proposto
 - 5 Previsão de recursos humanos e financeiros que garantam a exequibilidade e sustentabilidade dos projetos
 - 6 Previsão de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento e resultados do projeto proposto
 - 7 Demonstração da competência e experiência tanto dos coordenadores quanto da equipe integrantes do projeto no eixo proposto
 - 8 Existência e explicitação do projeto pedagógico do curso aprovado pelo Conselho Superior da instituição, para garantia de certificação (eixos I e II)
 - 9 Existência e explicitação do projeto pedagógico que apresente matriz curricular (não é grade curricular de disciplinas) para todos os anos do curso com metodologia de execução (eixos I e II)
 - 10 Explicitação de projeto de pesquisa que apresente proposta teórica e metodológica fundamentando as atividades de pesquisa e/ou extensão a serem desenvolvidas pelo estudante em suas comunidades de origem. (eixo III)
 - 11 Explicitação das atividades de sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica nos projetos de apoio à permanência dos estudantes na graduação (eixo III)
- c) Durante o processo de análise, julgamento e seleção, o Comitê Técnico poderá recomendar adequações no orçamento e nos cronogramas propostos e deverá consultar a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena para avaliar a relevância regional e local das propostas. Os projetos da demanda qualificada serão selecionados e classificados em função da análise e julgamento do Comitê Técnico em ordem decrescente de pontuação.
- d) Durante o processo de análise, julgamento e seleção, o Comitê Técnico poderá solicitar o envio por correio de documentos originais comprobatórios das informações contidas na proposta enviada por correio eletrônico.

4.1. Resultado do julgamento das propostas:

O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial da União.

5– ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento dos projetos se dará por intermédio de:

- a) análise dos relatórios trimestrais de atividades, conforme modelo a ser disponibilizado por este Ministério;
- b) verificação “in loco”, por amostragem, junto às instituições. A responsabilidade pela elaboração do relatório é dos Coordenadores do projeto com encaminhamento a SESu/SECAD/MEC pela Instituição de Ensino Superior ou setor por ela delegado.

6– PUBLICAÇÕES

As publicações, bem como qualquer material informativo produzido pelo projeto e qualquer outro meio de divulgação dos trabalhos realizados e de seus resultados deverão citar obrigatoriamente o apoio da SESu/SECAD/Ministério da Educação.

7- INSCRIÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 A inscrição das propostas será efetuada mediante o preenchimento e envio do formulário padrão disponível no endereço www.mec.gov.br/sesu.

7.2 As propostas deverão ser enviadas por correio eletrônico (endereço disponível no sítio acima referido) e postadas no correio para o endereço, até 30 dias da publicação do presente Edital.

7.3 As propostas enviadas por correio devem conter os documentos de aprovação pelos colegiados competentes dos projetos submetidos a este edital, bem como, quando couber, toda documentação (Atas, declarações, relatórios) em que estejam consignadas a participação das lideranças indígenas durante o desenvolvimento do processo de construção das propostas submetidas a este edital.

7.4 Somente serão considerados válidas propostas postadas ou formulários eletrônicos preenchidos até 30 dias da publicação deste Edital. O endereço para envio:

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Departamento de Política da Educação Superior – DEPES
Coordenação-Geral do DEPES
Esplanada dos Ministérios Bloco - L
3º andar sala 300
CEP. 70047-901 Brasília – DF

Mário Portugal Pederneiras

Secretário de Educação Superior Substituto

Ricardo Manuel dos Santos Henriques

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

ANNEX VIII

Publicação e divulgação da Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

ANNEX IX

Criação da CADARA – Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos relacionados à educação afro-brasileira – Portaria nº 1.942 de 16 de julho de 2003

Portaria nº 1.942 de 16 de julho de 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; considerando o disposto na Portaria nº 1.723, de 11 de junho de 2002, que institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Unidade Executora do Projeto-UEP, incumbida de adotar as providências necessárias à implementação do Programa Diversidade na Universidade - Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos;

considerando o disposto na Lei 10.558, de 13 de novembro de 2002, que cria o Programa Diversidade na Universidade;

considerando o disposto no Decreto nº 4.637, de 21 de março de 2003, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, estabelece competências à Secretaria de Educação Média e Tecnológica-SEMTEC e dá outras providências; e

considerando, ainda, o disposto na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no Currículo Oficial da Rede de Ensino, resolve

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica-SEMTEC, a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos relacionados aos Afrodescendentes.

Art. 2º A Comissão terá a finalidade de assessorar a SEMTEC na formulação de políticas de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica no ensino médio e superior e subsidiar as ações que envolvem a adoção de normas e procedimentos relacionados à educação para Afrodescendentes a serem desenvolvidas por aquela Secretaria.

Art. 3º A Comissão será composta por representantes das seguintes instituições: um representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC; um representante da Secretaria de Educação Superior - SESU; um representante da Secretaria de Educação Fundamental - SEF; um representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP; um representante do Conselho Nacional de Educação - CNE; um representante da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura; um representante da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; um representante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; e cinco representantes dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - NEABs.

Art. 4º O Ministro de Estado da Educação designará, por meio de Portaria, os membros a serem indicados para a Comissão.

Art. 5º Poderão ser designados, pelo Secretário da SEMTEC, até três consultores ad hoc para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Parágrafo único - A Comissão convidará representantes de outros órgãos, de organizações e instituições da sociedade civil que atuam na área de afrodescendentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

ANNEX X

Criação da CNEEI - Criação da Comissão Assessora para Assuntos Indígenas

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.941, DE 16 DE JULHO DE 2003

Institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Indígenas.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; considerando o disposto na Portaria nº 1.723, de 11 de junho de 2002, que institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Unidade Executora do Projeto - UEP, incumbida de adotar as providências necessárias à implementação do Programa Diversidade na Universidade - Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos; considerando o disposto na Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que cria o Programa Diversidade na Universidade; considerando o Decreto nº 4.637, de 21 de março de 2003, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, estabelece competências à Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC e dá outras providências; e considerando, ainda, o disposto no Parecer nº 14, do Conselho Nacional de Educação - CNE, datado de 14 de setembro de 1999, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, resolve:

Art 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Indígenas.

Art 2º A Comissão terá a finalidade de assessorar a SEMTEC na formulação de políticas de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica no ensino médio e superior e subsidiar as ações que envolvem a adoção de normas e procedimentos relacionados à educação indígena a serem desenvolvidas por aquela Secretaria.

Art 3º A Comissão será composta por representantes das seguintes instituições: um representante da Secretaria de Educação Superior - SESU; um representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC; um representante da Secretaria de Educação Fundamental - SEF; um representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP; um representante do Conselho Nacional de Educação - CNE; um representante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; um representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; e cinco representantes da Comissão Nacional de Professores Indígenas.

Art. 4º O Ministro de Estado da Educação designará, por meio de Portaria, os membros a serem indicados para a Comissão.

Art. 5º Poderão ser designados, pelo Secretário da SEMTEC, até três consultores ad hoc para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Parágrafo único - A Comissão convidará representantes de outros órgãos, de organizações e instituições da sociedade civil que atuam na área da educação indígena.

Art 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

Publicado no DOU de 18 de julho de 2003.

ANNEX XI – Ata do CRG realizado em 2008



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

CONCLUSÕES DO CRG PARA REVISÃO DO PCR REALIZADA EM:

PROJETO: Programa de Diversidade na Universidade - 1406/OC-BR

RESULTADOS DOS OBJETIVOS E METAS/COMENTARIOS AO INFORME DO PCR:

OBJETIVOS E METAS:

COMENTARIOS AO PCR:

RECOMENDAÇÕES:

LIÇÕES APRENDIDAS:

EXTERNALIDADES:

PARTICIPANTES DO CRG:

Aprovado: (Original firmado)

 (Original firmado)